



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JOSÉLIO PAULO MACÁRIO DE OLIVEIRA

**LULA E O MENSALÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE, SOMBRA E OPACIDADE NO
DISCURSO JORNALÍSTICO**

JOÃO PESSOA

2014

JOSÉLIO PAULO MACÁRIO DE OLIVEIRA

**LULA E O MENSALÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE, SOMBRAS E OPACIDADE
NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre em Linguística.

Josélio Paulo Macário de Oliveira

Orientador: Prof.º Dr. Pedro Farias Francelino

JOÃO PESSOA

2014

JOSÉLIO PAULO MACÁRIO DE OLIVEIRA

**LULA E O MENSALÃO: MEMÓRIA, IDENTIDADE, SOMBRA E OPACIDADE NO
DISCURSO JORNALÍSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre na área de concentração em Linguística e Práticas Sociais, linha de pesquisa Discurso e Sociedade.

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Dr. Pedro Farias Francelino

(Orientador – PROLING/UFPB)

Prof.ª Dr.ª Edjane de Assis Gomes

(Examinadora – DLCV/PPGL/UFPB)

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Almeida

(Examinadora – PPGL/UFPB)

Prof.ª Dr.ª Laurênia Souto Sales

(Suplente - DL/CCAUE/UFPB)

Dedico a meus pais, familiares, professores, alunos e amigos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores-referência que estiveram presentes, de alguma forma, na realização deste trabalho, seja de maneira direta ou mediante presença inscrita em meu processo de formação acadêmica e humana. Assim, sinalizo, aqui, os professores Pedro Farias Francelino, Ivone Lucena e Maria Regina Baracuhy que participaram como personagens fontes de divulgação e esclarecimentos sobre o edifício teórico e metodológico da Análise do Discurso de linha francesa. Ivone Lucena, fonte luminosa primeira sobre o universo discursivo da AD. Regina Baracuhy, pela participação na trajetória inicial desse empreendimento analítico. E, em destaque, agradeço à figura do professor Pedro Francelino, guia seguro que me facilitou o caminhar pelas vias sinuosas das paragens discursivas. Além de contribuir como parâmetro de profissional ético, responsável e humano. Pedro Francelino, meus sinceros agradecimentos!

Às professoras Mara (História - Colégio QI), Regina Célia (História - UFPB), Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista (Letras – UFPB) e Valdenora Nogueira Alves, pelas contribuições estabelecidas ao meu caráter profissional. Incorporei muitos aspectos de cada uma em minha formação como sujeito acadêmico-pesquisador e enquanto ser social.

À professora Maria Ignez Novais Ayala, agradeço em particular pelas experiências acadêmicas adquiridas nas minhas pesquisas no Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO), oportunidade única que me permitiu tecer ligações importantes com o universo da sociologia e antropologia. Neste trabalho, assim como na minha prática profissional, há muito de Ignez Ayala.

Aos demais professores e funcionários do PROLING, em especial às professoras Lucienne Espíndola e Regina Celi, minhas coordenadoras.

Aos meus amigos e colegas do PROLING, principalmente, às pessoas de Marcos Antônio da Silva, Thereza Jácome, Sayonara Abrantes, Almir Gomes, Darcy Santos, Marcos Tomé, Hercílio de Medeiros e Gregório Pereira. Todos participaram de alguma forma deste trabalho.

Aos amigos queridos do CIDADI, Emmanuele Monteiro, Alex Souto, Edileide Godoi, Eliza Freitas, JJ. Domingos, Tânia Pereira, Lúcia Helena e Karol Machado.

À UFPB pelo apoio prestado.

Aos meus pais Marlene Macário Costa de Oliveira e José Paulo de Oliveira e aos meus irmãos, sobrinhos e demais familiares que me garantiram tranquilidade nesta caminhada.

Abacateiro acataremos teu ato
Nós também somos do mato como o pato e o leão
Aguardaremos brincaremos no regato
Até que nos tragam frutos teu amor, teu coração
Abacateiro teu recolhimento é justamente
O significado da palavra temporão
Enquanto o tempo não trazer teu abacate
Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão
Abacateiro sabes ao que estou me referindo
Porque todo tamarindo tem o seu agosto azedo
Cedo, antes que o janeiro doce manga venha ser também
Abacateiro serás meu parceiro solitário
Nesse itinerário da leveza pelo ar
Abacateiro saiba que na refazenda
Tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a namorar
Refazendo tudo
Refazenda
Refazenda toda
Guariroba

(Gilberto Gil)

RESUMO

A mídia tem desempenhado um papel de extrema relevância no processo de construção/desconstrução/reconstrução de identidades e representações na sociedade contemporânea. Na era da midiaticização, muitos dos perfis identitários de nossa sociedade, em todas as áreas de atuação, têm se originado a partir do cotidiano das produções jornalísticas de nossas instituições midiáticas. O presente estudo busca analisar o trabalho discursivo operado pela mídia no âmbito do discurso político, abordando os efeitos de sentido produzidos pela revista *Veja* em torno do processo de discursivização do esquema de corrupção, denominado pelas diversas mídias como o “Caso do Mensalão”. A escolha pela *Veja* foi motivada pela prática do jornalismo investigativo e de denúncia. Pela posição que ocupa no mercado de vendas de revista, assim como pela credibilidade que defende em relação ao discurso político, que atravessa o seu discurso jornalístico. Para tanto, pesquisamos, mediante consulta ao acervo digital da revista *Veja*, matérias e imagens do referido veículo de comunicação, as quais trataram de tal acontecimento histórico. Buscamos, especificamente, verificar como foi produzido o jogo de sentidos relacionado à figura do ex-presidente Lula e ao caso de corrupção que teve o envolvimento de importantes personagens do Governo do então presidente, a partir da análise de enunciados verbais e imagéticos. O intuito desse empreendimento analítico é o de contribuir para a identificação de aspectos constitutivos do complexo domínio imaginário político da sociedade brasileira, do início das investigações do caso (2005) aos dias atuais. Nosso corpus analítico é constituído por capas da revista, referidas ao presidente Lula, que foram publicadas desde o início do caso. Este estudo é fruto de pesquisas da produção identitária na esfera midiática, assim como os discursos do cotidiano na perspectiva da análise do discurso de linha francesa (AD), seguindo a orientação teórica de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean-Jacques Courtine. Esta é uma teoria de interpretação que tem como um de seus primeiros objetivos lançar mão da dimensão da História, da Linguística e da Psicanálise para alcançar a tessitura do interdito, do equívoco, de uma exterioridade que lhe é constitutiva. Neste trabalho, utilizamos as categorias de análise relacionadas à memória, como interdiscurso, redes de memória, enunciado, sujeito, formação discursiva etc., bem como analisaremos, sobretudo as imagens, sob a perspectiva da semiologia histórica. A pertinência deste trabalho reside no fato de que ele pretende levar a uma reflexão crítica sobre como a mídia afeta nosso cotidiano e nossa memória coletiva, a partir do enfoque no discurso político; como a mídia funciona enquanto espaço de reconstrução de significados e lugar de confluência de sentidos entrecruzados. Em suma, como o discurso político tem se adequado à íntima, complexa e próxima relação com os meios de comunicação de massa de nossa sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Discurso Político. Discurso Midiático. Memória. Identidade.

ABSTRACT

The media has developed a role of extreme relevance in the process of construction/deconstruction/reconstruction of identities and representations on contemporaneous society. In the mediatized era, a lot of identities profiles of our society, in all the areas of actuation, have been originated from the daily journalistic productions of our media institutions. The present study aims to analyze the discursive work operated by media in the range of the political discourse, approaching the sense effects produced by the *Veja* magazine about the process of discursivization of the corruption scheme, nominated by the diverse media as the “*Caso do Mensalão*”. The choice for *Veja* was motivated by the practice of the reporting and investigative journalism. By the position that it occupies in the market of magazine sailing, as well as the credibility that it champion in relation to the political discourse, which crosses its journalistic discourse. For that, we researched, beyond consultation to the digital collection of the *Veja* magazine, materials and images of the referred communication vehicle, which treated of this historical happening. We sought, specifically, to verify how the senses game was produced in relation to the figure of the ex-president Lula and to the case of corruption that had the involvement of important people from the Govern of this president, from the analysis of verbal and imagetive statements. The intention of this analytic enterprise it to contribute to the identification of constitutive aspects of the complex imaginary politic domain of the Brazilian society, the start of the case studies (2005) to today. Our analytic corpus is constituted of magazine covers, referred to the president Lula, which were published since the beginning of the case. This study is the fruit of researches of the identity production in the mediatic sphere, as well as the daily discourses in the perspective of the French discourse analysis (DA), following the theoretical orientation of Michel Pêcheux, Michel Foucault and Jean-Jacques Courtine. This is an interpretation theory that has as one of its first objectives to consider the dimensions of History, Linguistics and Psychoanalysis to achieve the range of an exteriority that is constitutive to it. In this work, we used the categories of analysis related to memory, as interdiscourse, memory network, statement, subject, discursive formation etc., as well we analyzed, specially the images, on the perspective of historic semiology. The pertinence of this work is consisted by the fact that it intends to promote a critical reflection about how the media affects our daily life and our collective memory, from the focus on the political discourse; how the media works as a space of re-construction of meanings and place of intercrossed senses confluence. In summary, how the political discourse has been adequate to the intimate, complex and next relation with the mass communicative means of our contemporaneous society.

Key-words: Discourse Analysis. Political Discourse. Media Discourse. Memory. Identity.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Edição 2290 de 10/10/2012 (consultado em 12/10/13)	65
Imagem 2 – Livro “O menino Lula” (consultado em 12/10/13)	66
Imagem 3 - Edição 2103 de 11/03/ 2009 (consultado em 12/10/13)	72
Imagem 4 - Edição 2265 de 18/04/ 2012 (consultado em 12/10/13)	74
Imagem 5 – Edição 53 de 10/09/69 (consultado em 10/06/14)	75
Imagem 6 – Edição 2280 de 01/08/12 (consultado em 10/11/13)	76
Imagem 7 - Edição 2285 de 05/09/2012 (consultado em 10/11/13)	76
Imagem 8 - Edição 2348 de 20/11/2013 (consultado em 22/11/13)	77
Imagem 9 - Edição 1914 de 20/07/2005 (consultado em 22/11/13)	80
Imagem 10 - Edição 2312 de 13/03/2013 (consultado em 03/12/13)	81
Imagem 11 - Edição 2028 de 03/10/2007 (consultado em 03/12/13)	81
Imagem 12 - Edição 2049 de 27/02/2008 (consultado em 03/12/13)	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO I – ANÁLISE DO DISCURSO: DISPOSITIVOS ANALÍTICOS E POSSIBILIDADES DE LEITURAS	 16
1.1 Análise do Discurso: um gesto de leitura particular	17
1.2 Discurso e Sujeito	22
1.3 Enunciado.....	24
1.4 Formação discursiva.....	25
1.5 Memória discursiva, Interdiscurso e Redes de memória	27
1.6 Semiologia histórica.....	29
 CAPÍTULO II – DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADE	 31
2.1 A memória e o discursivo em jogo	32
2.2 A noção de identidade em efeitos discursivos	41
 CAPÍTULO III – A MÍDIA E O DISCURSO POLÍTICO	 51
3.1 A mídia, o discurso e o sujeito político	52
3.2 O discurso jornalístico e a mídia escrita no Brasil	58
 CAPÍTULO IV – IMAGEM, DISPERSÃO, REGULARIDADE, OPACIDADE E IDENTIDADE.....	 63
4.1 Relação Lula/ Joaquim Barbosa	65
4.2 Série enunciativa: sombra	69
4.3 Série enunciativa: identidades de esquerda	79
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 84
REFERÊNCIAS	86
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

As práticas cotidianas transmitidas pela mídia têm representado uma função importante no processo de construção/desconstrução de identidades na sociedade contemporânea. A noção de identidade, em nossa sociedade, tem recebido influência direta a partir do cotidiano das produções jornalísticas de nossas instituições midiáticas, suas transformações e permanências têm sido frequentemente delimitadas por essa instância institucional. O âmbito político tem seguido com a globalização, esse caminho de determinação.

A cena política brasileira, desde o ano de 2005, tem como um dos fatos de destaque um caso de corrupção que envolveu personagens importantes da administração pública federal. Tal fato foi alcunhado pela mídia política nacional como o “caso do mensalão”.

Segundo informações do portal de notícias G1¹, em maio do referido ano, a reportagem de destaque da edição 1905, de 18 de maio, da revista Veja publica imagens e trechos da conversa em um vídeo entre o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, e corruptores. O referido diretor da empresa estatal aparecia recebendo dinheiro, fruto da negociação de propina com empresas participantes de processos de licitações do Governo Federal. Esse fato provocou a abertura da chamada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, que teve como um dos seus desdobramentos o depoimento do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), o delator, que tinha ligações com Marinho; tem-se, assim, o início do escândalo de corrupção que envolvia políticos e dirigentes do PL e do PP. A propina tinha como o objetivo a consecução do apoio dos acusados às votações de interesse do governo do PT nas casas legislativas, mediante o pagamento de uma “mesada”.

Bauman (2005) diz que “as ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. Tal conceito do sociólogo polonês destaca bem a ideia “líquida” de identidade que norteia o entendimento da sociedade pós-moderna sobre os processos de constituição identitário, que tem a mídia como um dos mais importantes elementos (re)produtores.

É seguindo essa linha de raciocínio que toma a identidade como produto de construção social que este presente estudo busca analisar o trabalho discursivo operado pela mídia no

¹ Dados verificados no Portal de Notícias G1 - <http://g1.globo.com/politica/fotos/2012/07/mensalao-relembre-em-fotos-denuncias-e-evolucao-do-caso.html#F502369>

âmbito do discurso político, abordando os efeitos de sentido produzidos pela revista Veja em torno do processo de discursivização do esquema de corrupção, denominado pelas diversas mídias como o “Caso do Mensalão”. Para tanto, pesquisamos, mediante o acervo digital da revista Veja, reportagens – sublinhando-se as imagens do referido veículo de comunicação que trataram de tal acontecimento histórico/político. Buscamos, especificamente, verificar, na ótica da Veja, como foram produzidos os jogos de sentido, realizados pela revista, a partir da análise de enunciados verbais e imagéticos, relacionados à figura identitária do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ao caso de corrupção que teve o envolvimento de importantes personagens do Governo do então presidente.

O intuito desse empreendimento analítico é o de contribuir para a identificação de aspectos constitutivos do complexo domínio imaginário político da sociedade brasileira, destacando os possíveis olhares que a comunicação de Veja pode oferecer para a formação do imaginário coletivo referente ao caso em questão. Executamos, aqui, uma leitura de cunho discursivo que tem como objeto a constituição de identidade de um sujeito político através de um gesto de interpretação da mediação jornalística produzida por Veja, enquanto sujeito social e midiático. Nesse exercício de leitura e observando a posição sujeito do enunciator midiático, sinalizamos os processos de construção dos sentidos que formam tais enunciados a partir da análise do jogo de acionamentos e silenciamentos de memórias e simbologias de natureza discursiva. Não configura nosso objetivo tecer considerações, nem dar ênfase, sobre fatos do caso em estudo, nem discutir sobre a crise política que se coloca. No entanto, destacamos dados que nos foram necessários para a análise. Nem discutir a questão da existência ou não da neutralidade/imparcialidade do discurso jornalístico.

O *corpus* analítico aqui investigado é constituído por enunciados imagéticos e verbais, presentes na revista Veja, referidos ao presidente Lula e que foram publicados desde o início do evento político em questão. A seleção do *corpus* foi feita a partir do arquivo digital² da revista Veja, destacando especificamente as capas, analisando as suas imagens e enunciados verbais que fazem parte de reportagens que versam sobre o caso do mensalão.

A questão a ser destacada para a análise do presente *corpus* é a noção de identidade e representação. Algumas teorias sociológicas e muitos autores dos chamados Estudos Culturais levantam vários questionamentos sobre a lógica que rege a identidade cultural na pós-modernidade.

² <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

Segundo Hall (2001), a chamada “crise de identidade” está diretamente relacionada com a descentralização/fragmentação do sujeito motivada pela mudança estrutural das sociedades contemporâneas. A ideia do sujeito clivado pela contextualização histórica, com suas particularidades políticas e econômicas, aproxima-se da natureza dos sujeitos envolvidos em nossa abordagem analítica. A identidade tem, de acordo com o autor, íntima ligação com o discurso, e é através deste que pretendemos chegar ao nosso objetivo final, ou seja, a análise discursiva do sujeito político a partir da leitura do texto-enunciação midiática. Gregolin (2003) afirma que o texto midiático é uma construção da realidade, tornada concreta, através do símbolo. E é neste ponto que teceremos a ligação entre o discurso e a identidade.

Neste trabalho, fizemos uma pesquisa de natureza bibliográfica e analítica (descritiva/interpretativa). Investigamos a produção identitária na esfera midiática, levando-se em consideração os discursos do cotidiano na perspectiva da análise do discurso de linha francesa (AD), seguindo a linha de pesquisa organizada pela pesquisadora brasileira Gregolin, que tem marcado fortemente, em seus trabalhos, o diálogo/aproximações entre a AD francesa pecheuxtiana e leituras de conceitos do filósofo Michel Foucault adotados por tal teoria. Usamos, aqui, uma teoria de interpretação que tem como um de seus primeiros objetivos lançar mão da dimensão da História, da Linguística e da Psicanálise para alcançar a tessitura da ideia de língua que é constituída pelo interdito, pelo equívoco e pela opacidade, aspectos que lhes são essenciais. Este trabalho utiliza as categorias de análise relacionadas à memória como o interdiscurso e as redes de memória, assim como o trajeto temático, o enunciado, o sujeito, o dispositivo, a memória discursiva, e a formação discursiva. A perspectiva da semiologia histórica auxilia, de maneira pertinente, a análise das imagens.

A pertinência deste trabalho situa-se no fato de que ele pretende levar a uma reflexão crítica sobre como a mídia afeta nosso cotidiano, a partir do enfoque no discurso político; e como o discurso político tem se adequadado à íntima, complexa e próxima relação com os meios de comunicação de massa de nossa sociedade contemporânea. Abordamos, assim, o entrecruzamento do discurso político com o midiático.

A escolha pela análise do discurso político se fundamenta na necessidade que a sociedade possui em aprimorar o senso coletivo crítico no que se refere ao imaginário político da sociedade brasileira que se encontra, atualmente, em um cenário de transformações, questionamentos e protestos. E pela necessidade de aprimoramento, também, do senso crítico sobre a mídia.

Respaldamos nosso objetivo no pensamento de Mariani (2003), quando destaca que o discurso jornalístico apresenta os traços característicos de captar, (trans)formar e divulgar

fatos e acontecimentos da atualidade; organiza uma possibilidade de estruturação de um passado (memória), legitimando, assim, os sentidos advindos das leituras dos fatos reportados do presente, no futuro. Ela reedita, re-diz e reconstrói os fatos e identidades também.

Para chegarmos à seleção deste tema, foi realizada uma pesquisa sobre os trabalhos já produzidos em torno deste assunto, e verificamos que o discurso político representa um dos objetos de pesquisa com ampla bibliografia no universo acadêmico brasileiro, sendo abordado por diversas e distintas áreas do conhecimento. Constitui-se tema de interesse das ciências políticas aos estudos históricos, da perspectiva jurídica às teorias de interpretação que compõem o escopo da linguística.

As produções acadêmicas regidas pela experiência de interpretação da chamada análise do discurso de linha francesa, vulgo AD, figuram-se com um número importante de trabalhos que sublinham tal temática. Alguns textos nos serviram de norte para a escolha do objeto e delimitação do *corpus* a ser analisado neste presente projeto. A seguir destacaremos duas pesquisas que tiveram papel importante na construção de nossa proposta analítica.

O trabalho dissertativo de Elaine de Moraes Santos, da Universidade Estadual de Maringá, intitulado “*O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2003*”, aborda o sujeito político Lula, destacando especificamente o processo de docilização do corpo do candidato a presidente da República do Brasil em sua primeira eleição. A autora partiu do lugar teórico da AD francesa e utilizou, como material de análise (arquivo midiático), todas as edições publicadas durante o ano eleitoral das revistas semanais “Época”, “Isto é” e “Veja”; e tomou como *corpus* seis edições, duas de cada revista.

Já o trabalho “*Discurso político, ethos e memória discursiva: uma análise da constituição do sujeito Lula*”, de Evaldo Baviera, em nível de mestrado, sublinhou, também na perspectiva da AD francesa, a relação entre o discurso político, o ethos e a memória discursiva com o intento de pontuar a constituição do sujeito Lula a partir do cotejamento de duas situações histórico-discursivas distintas. Tal ação pretendeu destacar aspectos dos efeitos de sentido produzidos em tais situações.

A pesquisa destes trabalhos, como já mencionado, serviu de orientação para a constituição de nosso presente questionamento, proposta analítica de leituras sobre o trabalho discursivo midiático sobre o universo político. Perante tais abordagens, decidimos destacar em nosso estudo, de maneira nuclear, o processo de formação identitária do sujeito social e político Lula, seguindo os movimentos de construção e reformulação desta (s) identidade (s); observando, assim, os efeitos de sentido gerados e que se configuram como elementos fundantes da estrutura do imaginário político e a memória social coletiva brasileira.

Tecemos uma sequência temática de capas elegendo como critério geral o aparecimento de tal objeto discursivo, destacando, assim, as capas que abordaram de alguma maneira a imagem do presidente Lula ou vestígios, indícios que remetem ao mesmo, desde o início do caso (2005) até julho de 2013. Deste arquivo jornalístico, produziu-se o corpus que foi analisado a partir de instrumentos teóricos e metodológicos disponibilizados pela Análise do Discurso de linha francesa (AD).

As asserções são as de que durante todo o processo de midiaticização do caso do mensalão, houve várias tentativas da revista de relacionar o presidente Lula com o caso, mediante todo um trabalho discursivo, com associações de imagens; cores de significações simbólicas sociais, históricas e políticas; resgate de memórias históricas e discursivas, pertinentes para a consecução do intento de indiciamento do referido sujeito político. A *Veja*, periódico de interesse geral que se destaca pelos fatos políticos, enquanto instituição-sujeito social e político midiático, imprime, em seu público destino, um forte e persuasivo trabalho, de natureza argumentativa e discursiva, de desconstrução³ da representação social de um sujeito - personagem político, pertencente ao imaginário coletivo brasileiro, que sempre combateu todo tipo de práticas de corrupção; característica essa advinda do seu lugar social, ideológico e político de origem: o Partido dos Trabalhadores (PT), partido de bandeira relacionada à extrema esquerda brasileira. Partindo deste registro de memória social e política, o sujeito midiático, em questão, expõe aos seus leitores a contradição de se ter um personagem político de esquerda na posição que sempre e historicamente condenou. Assim, a cobertura jornalística de *Veja*, detentora de poderes emanados de instituições reprodutoras da verdade hegemônica, oferece um exercício, uma possibilidade de estabelecimento de deslocamentos dos sentidos identitários verificados na trajetória discursiva de Lula. Essas asserções foram levantadas levando-se em consideração a ciência, por parte do pesquisador, de que tal estudo se refere a um gesto de leitura, que tem por objeto sentidos constituídos no âmbito discursivo, político, midiático e social, assim tais efeitos de sentido estão sujeitos a deslocamentos.

Para fins metodológicos dividimos nosso trabalho em algumas etapas: pesquisa de cunho bibliográfico sobre a temática e conceitos teóricos utilizados; leitura e coleta das edições em que fatos sobre o caso do mensalão foram abordados; seleção dos enunciados e constituição do corpus definitivo a ser efetivamente analisado.

³ O uso da palavra “**desconstrução**” utilizada, neste texto, não apresenta relação direta com o conceito trabalhado pelo Movimento da desconstrução capitaneado pelo linguista e filósofo francês Jacques Derrida. Usamos o termo atentando para a ideia de desconfiguração.

Os sentidos partícipes do universo discursivo midiático, através dos posicionamentos das revistas, enquanto veículos de comunicação, podem, assim, desta maneira, ser explicitados e/ou identificados.

Além das leituras sistemáticas das revistas que compõem o acervo digital da revista “Veja”, com o objetivo de se construir o arquivo jornalístico necessário para se fazer as análises das reportagens sobre Lula, utilizamos como aporte de pesquisa a ser explorado, o acervo da biblioteca da Universidade Federal da Paraíba e do acervo digital da revista Veja, além de dissertações e tese pertinentes ao tema, sítios e revistas eletrônicas, a serem consultados.

A presente pesquisa foi dividida em quatro capítulos seguidos de apontamentos finais. O primeiro capítulo discorre sobre a exposição da **fundamentação teórica** utilizada neste estudo, destacando a justificativa de sua escolha como um caminho viável para a obtenção de nossos objetivos. Explicitamos, assim, um breve histórico do processo epistemológico da análise do discurso de linha francesa, sublinhando sua pertinência para o estudo de um objeto tão fluido quanto a questão da identidade na pós-modernidade, assim como ressaltamos alguns fundamentos dos principais conceitos/ferramentas teórico-metodológicos utilizados em nossa leitura analítica.

No segundo capítulo de nosso trabalho, discutimos sobre a relação entre os conceitos de **discurso, memória e identidade**. Aqui tecemos uma pesquisa em torno da relação entre tais conceitos, fazendo um aprofundamento teórico dos termos, construindo uma aproximação entre eles, tendo como norte o campo discursivo. Trazemos a contribuição de autores como Michel Foucault (2008), Zygmunt Bauman (2005), Stuart Hall (2001), Silva (2006) e Halbwachs (1990), entre outros.

No terceiro capítulo, abordamos o jogo de relações entre **a mídia e o discurso político**, atentando para as características e deslocamentos verificados nas práticas de constituição do discurso político, enquanto discurso comprometido com a “verdade da época”. Aqui, usamos como base teórica autores da AD que versam sobre processos de constituição identitária a partir do dispositivo midiático, além da abordagem sobre o estatuto do discurso jornalístico e aspectos da mídia impressa (revista) no Brasil. Já o capítulo quarto, apresenta nossas considerações analíticas em torno do **corpus analítico**.

Em nosso capítulo analítico, as memórias discursivas materializada nas capas de Veja foram destacadas e organizadas em séries enunciativas que se interligam através do jogo com a imagem identitária do presidente Lula. Destacando-se as memórias da sombra e a ideia da obscuridade como elementos que sustentam o argumento discursivo sinalizados nas capas.

CAPÍTULO 1

ANÁLISE DO DISCURSO: DISPOSITIVOS ANALÍTICOS E POSSIBILIDADES DE LEITURAS

“Com afeto ou sem afeto, o fato é que ela afeta!”⁴

Maria Cristina Leandro Ferreira

⁴ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, Bôsko Cabral dos. **Percorso da análise do discurso no Brasil** (org.). São Carlos: Claraluz, 2007, p. 13.

1.1 Análise do Discurso francesa: um gesto de leitura

O universo teórico destacado para esta investigação científica é o da AD em suas múltiplas relações com campos de saberes correlatos. Configura-se como uma área de confluência teórica e metodológica que se guia pela trajetória de constantes modificações devido ao status múltiplo de suas materialidades e das diversas naturezas de seus discursos. A AD aborda o simbólico em busca de traços de sentido imersos no espaço dinâmico de transformações e permanências e regularidades dos enunciados que se submetem às regras de funcionamento determinadas pela ação dos fatores históricos.

Para iniciar a fundamentação teórica de uma pesquisa que visa destacar as práticas e relações de poderes das mídias no processo de produção de identidades, faz-se necessário o delineamento de uma breve exposição dos conceitos dos teóricos que fundamentaram os princípios de análise do *corpus* aqui interpretado. Antes de tudo, torna-se importante destacar alguns aspectos e fatos da trajetória epistemológica do campo de conhecimento em que estamos inseridos.

O que torna a análise do discurso de linha francesa uma teoria, de natureza interpretativa, que possibilita um ato de leitura diferenciada, particular é justamente a sua relação com a linguística e suas abordagens de natureza sistêmica, fechadas para as perspectivas de natureza históricas.

A análise do discurso funda sua base teórica mediante releituras de Marx, Freud e Saussure. Este foi relido pelo próprio Pêcheux, que adota uma leitura de base histórica para a linguagem. A teoria marxista aparece na base teórica da AD a partir da leitura de Althusser sobre o materialismo histórico, que deu origem à ideia inicial do assujeitamento ideológico. Freud participa pela releitura de Lacan, que oferece a teoria do sujeito duplamente atravessado pelo inconsciente e pela ideologia.

AD surge como nova abordagem de estudo da linguagem, oferecendo uma visão interdisciplinar à teoria do discurso. Michel Pêcheux lança um questionamento crítico à estrutura epistemológica da linguística, diretamente relacionado ao chamado “corte saussureano”: qual o lugar do sujeito, do sentido e da história? Pêcheux adiciona à sua abordagem o estudo do que foi excluído do esquema epistêmico da denominada “ciência piloto”: a *parole*, tendência das teorias pós-estruturalistas – “virada pragmática” (décadas de 1960/ 1970). Cria, assim, todo um aparato teórico direcionado à análise das condições de possibilidade do discurso e dos processos discursivos. A consequência de tal empreitada, ou

seja, da dialética analítica entre o dito e as condições de produção, é a postulação do discurso como objeto da teoria, não o texto, nem o enunciado linguístico.

A análise do discurso de linha francesa é uma teoria de interpretação de natureza epistemológica diferenciada das demais vertentes de pesquisa pertencentes às ciências da linguagem. Em suas fronteiras teóricas, como afirma Gregolin (2001a), há uma movência. Isso se confirma pelo fato de que a AD é uma teoria discursiva que associa o linguístico, o psicanalítico e o histórico. Estes aspectos são decisivos no momento de se explicitarem os sentidos dos discursos que se apresentam opacos, ambíguos, interditados e geridos pelo equívoco. A movimentação dessas fronteiras acontece com o auxílio direto da prática analítica por seus analistas. Cada experiência interpretativa vivenciada por estes, seguindo os fundamentos teóricos da disciplina, constitui o exercício de redefinição dos limites desse espaço de conhecimento. Ferreira (2007) ratifica esse pensamento quando diz que esta porosidade epistemológica, característica da AD, “não se configura barreiras, ainda que isso não deva significar que estamos dentro de uma ‘zona franca’”.

Assim, o arcabouço teórico-metodológico da AD propicia uma leitura que oferece a explicitação do “dito” e do “não dito”, procurando outros aspectos que fogem à superfície textual e que só podem ser sinalizados pela perspectiva discursiva, como, por exemplo, o uso dos jogos com a linguagem, os sentidos dos silenciamentos e o acesso a aspectos referentes a fatos e imagens memoriais deslocados, atualizados.

Segundo Pêcheux (1988), o principal mentor/organizador da teoria, a AD possibilita a busca pelos sentidos desnudados pela intrínseca relação com o contexto histórico e espaço social. Assim, de acordo com as condições enunciativas, os sentidos dos discursos podem derivar, tornarem-se outros, mantendo vestígios, pistas de seu processo de formulação.

Como afirma Ferreira (2000), a AD se singulariza, dentre as outras teorias linguísticas, por ter o discurso enquanto exterioridade, como elemento constitutivo, não configurando como simples apêndice. Assim, são os aspectos que caracterizam a tessitura discursiva, como o equívoco ou o não sistematizável, que protagonizam a prática analítica.

Os deslocamentos operados pelo arcabouço analítico da AD nos fazem compreender melhor as palavras de Courtine, que afirma que “para ser analista do discurso é preciso ser linguista e deixar de sê-lo”⁵, pois melhor entenderá a teoria aquele analista que possuir uma expressiva bagagem de conhecimento do lugar sobre o qual se teceu a visada crítica da AD francesa.

⁵ Courtine; Veron apud, Maingueneau, 1993, p. 17-18

Podemos destacar um resumo sobre os conceitos basilares da AD através das palavras de Ferreira (2007, p. 19), segundo a qual

(...) A análise do discurso de linha francesa (...) trabalha com a língua, como estrutura simbólica que comporta o não-sistematizado (o furo, a falha); com o sujeito, como ser-em-falta, efeito dessa estrutura de linguagem, sendo ao mesmo tempo sujeito do desejo e da ideologia; e com o discurso, como materialidade linguística e histórica, que incorpora a exterioridade não como complemento, mas como elemento constituinte, representa um modo único e próprio da forma como a AD compõe o seu tabuleiro, escolhe suas peças principais e arma seu jogo no campo da linguagem.

A empreitada teórica da AD francesa apresenta, ao longo de sua trajetória, três momentos distintos, chamados também de três épocas. A disciplina foi separada em três momentos epistemológicos, seguindo alguns deslocamentos/rearranjos teóricos, que caracterizaram cada etapa da teoria: AD-1, AD-2 e AD-3. Neste trabalho, não acionaremos as ideias das ferramentas analíticas pertencentes às duas primeiras épocas. No entanto, teceremos, um breve apontamento sobre estas e em seguida sublinharemos considerações mais precisas sobre a terceira época, período no qual se verifica uma maior aproximação, por parte de Pêcheux, com alguns conceitos advindos do arsenal teórico de Michel Foucault.

Na chamada primeira época da AD, segundo a única biógrafa de Pêcheux, Maldidier (2003), tal fase foi denominada “aventura teórica”, e teve como livro base o *Analyse Automatique du Discours*, publicado em 1969, fruto de sua tese defendida um ano antes. O livro, fundamentado na noção de maquinaria discursivo-estrutural, tem como objetivo funcionar como um “cavalo de Tróia” no seio das ciências sociais para produzir questionamentos críticos. Segundo Pêcheux (1993), nesta fase a análise levava em consideração as condições de produção sobre as discursividades textuais, a análise do *corpus* configurava-se pelo trabalho de busca por identidades parafrástica intersequenciais. De acordo com Gregolin (2006), constitui o momento de concepção do discurso como o objeto da teoria. Tal etapa epistemológica chega ao fim com a inconsistência da ideia da repetição do mesmo perante o advento da noção da heterogeneidade, fato que vai desencadear consequências na fase subsequente.

Já a segunda época, AD-2 (1976 a 1979), inicia-se com o deslocamento conceitual atribuído ao termo formação discursiva. A exterioridade constitutiva desta noção é o que provoca a explosão da maquinaria discursiva da AD-1. Segundo Maldidier, é a época em que se operam ajustes importantes, é a fase dos “tateamentos”. As noções de interdiscurso e

formação discursiva ganham grandes espaços na teoria. De acordo com Pêcheux (1993), nessa fase percebe-se que as FDs são invadidas por traços de outras FDs, sob a forma de pré-construídos e dos discursos transversos. Maldidier diz que o interdiscurso é o conceito chave de toda teoria pecheuxtiana e chega para finalizar a ideia da estrutura discursiva fechada. Pêcheux (1993, p. 314) sublinha que tal conceito constitui o “exterior específico de uma formação discursiva”.

Recebendo o nome de época da “desconstrução dirigida”⁶, a terceira época da AD, AD-3 (1980 a 1983), é o momento em que Pêcheux escreve o livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*. É nesta fase que as reformulações são feitas, são operados muitos deslocamentos conceituais; ocorre um dilatamento das fronteiras teóricas.

Nesse instante da teoria, a AD tece aproximações a noções de autores como Bakhtin, por intermédio de Jacqueline Authier-Revuz; com Michel de Certeau e, como já mencionamos anteriormente, com Michel Foucault, a partir das leituras de Jean-Jacques Courtine. Authier Revuz, com a contribuição da heterogeneidade enunciativa. De Certeau, assim como outros pesquisadores da chamada “Nova história” (Escola dos Anales⁷), com a temática dos discursos do cotidiano, e Foucault participaram por via indireta de todo esse cenário de transformações por que passou e continua a passar o campo de saber discursivo AD.

Para Gregolin (2008), as contribuições de algumas noções teóricas e metodológicas da obra de Foucault representam um caminho eficaz para se pensar a demanda temática da contemporaneidade, assim como proporcionam ao trabalho analítico a compreensão da formação, da circulação e das constantes transformações a que estão submetidas nossas práticas discursivas. Segundo a mesma pesquisadora, Foucault, em seu fazer teórico, faz a relação entre as práticas discursivas e as práticas histórico-sociais; verifica as relações entre os enunciados – semelhanças, dessemelhanças e derivas que estes mantêm entre si- e os eventos históricos e políticos. Foucault (2003, p. 255-256) afirma que

o fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história [...]. Se eu faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é a nossa sociedade. Penso que há em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se

⁶ MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2003.

⁷ Projeto de historiadores franceses que entendem a noção de mudança na história através da perspectiva da “dialética da duração”.

produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito há séculos, meses semanas ...

Essa programação que o autor expressa coaduna com os intentos que a AD almeja para essa terceira etapa. As investidas arqueológicas e genealógicas⁸ oferecem aos analistas do discurso uma possibilidade de ampliação de arsenal analítico. Os acontecimentos discursivos que emergem neste momento e em nossos dias necessitam de ferramentas que consigam lê-los em suas singularidades e deslocamentos movidos pela mola propulsora representada pela intervenção da história e da política, tornando inteligíveis as “verdades” de cada época, assim como as relações de poderes que perpassam o sujeito e as relações sociais.

A abertura para o estudo de novas temáticas e discursos que não o estritamente político representa o advento da leitura/interpretação de outras materialidades discursivas (institucionais ou do cotidiano) e ratifica a construção desses traços identitários entre a AD e conceitos foucaultianos. O próprio Pêcheux expressa essa preocupação, em seu livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, quando diz que

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de se entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com o mecanismo da sobrevivência; trata-se para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (cf., por exemplo, de Certeau, *A Invenção do Cotidiano*, 1980) (PÊCHEUX, 2008, p. 48.)

De acordo com Gregolin (2008a), Foucault e sua “caixa de ferramentas” possibilita o trabalho analítico com os aspectos verbais e não-verbais das práticas discursivas. As naturezas discursivas são as mais diversas, indo do discurso religioso, ecológico, sexual, afásico, etc.

Nesta investida analítica sobre a produção de identidades mediante leitura do trabalho discursivo operado pela mídia, adotaremos o uso primordial de ferramentas pertencentes a esta caixa, instrumentos de análise estes que fazem parte do cotidiano dos analistas pertencentes à chamada análise do discurso brasileira.

No Brasil, a análise do discurso chegou quando esta estava em declínio no contexto

⁸ O método arqueológico é o que procura destacar a constituição dos saberes, fundamentando-se nas relações discursivas e como os saberes aparecem e se transformam. Já o método genealógico busca abordar as dinâmicas das relações de poderes nas práticas discursivas.

acadêmico francês. Ferreira (2007) destaca que a teoria desembarca no Brasil nas malas da pesquisadora Eni Orlandi, no final da década de 70, esta insere e faz a divulgação inicial da teoria a partir de seus trabalhos publicados e com o auxílio de seus pesquisadores/orientandos, que formados assumem a empreitada de popularizar a disciplina em programas de pós-graduação de que fazem parte.

Gregolin (2003b) pontua que a entrada da AD no contexto acadêmico brasileiro ocorre em um contexto de resistências e confrontos (época da Ditadura Militar). Os conceitos, nesse momento, chegaram sem as divisões de suas três etapas, já discutidas aqui. A teoria francesa não encontrou terreno livre para se fixar e a grande maioria das academias era dominada pela chamada linguística lógica, científica. A presença de um campo de conhecimento que se norteava pela lógica discursiva embasada pela história e pelas relações de classe não foi bem recepcionada. Hoje o cenário que os analistas encontram em suas práticas acadêmicas ainda apresenta semelhanças.

Os conceitos mais utilizados pela AD feita no Brasil são muitos. Aqui mobilizaremos os mais pertinentes para análise de nosso *corpus*.

1.2 Discurso e Sujeito

A ideia/conceito de **discurso** é considerada uma das mais polissêmicas das abordagens interpretativas das áreas dos fenômenos das linguagens. O significado e a aplicação deste termo variam de acordo com a teoria e sua fronteira epistemológica. Até no nosso cotidiano empregamos esse termo usando diferentes usos e sentidos. Na análise do discurso, a noção de discurso configura-se com uma das mais fundantes por constituir o objeto de estudo deste campo do saber.

Fernandes (2008, p. 13) diz que

(...) discurso, tomado como objeto da análise do discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com, isso dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística.

O autor aborda aí a questão do lugar de materialização de que o discurso se apropria. Ao mesmo tempo, entendemos que o discurso extrapola os limites de natureza sistemática da

língua. Essa materialidade, na visão de Orlandi (2008)⁹, exerce-se no contato dos aspectos históricos com os linguísticos.

Para Gregolin (2008a), o discurso pode ser compreendido como produção de sentidos protagonizada por sujeitos de natureza social e histórica, tomando forma no intradiscurso. Entende-se que aqui a linguagem constitui-se como um pressuposto.

Pêcheux (2008) conceitua o discurso como um encontro de uma estrutura com um acontecimento; de caráter heterogêneo, ocorre nesse acontecimento discursivo o entrecruzamento entre uma memória e a atualização feita através da história.

Aqui abordaremos o conceito de discurso desenvolvido na AD-3, assim como a noção de discurso construída pela teoria foucaultiana, tecendo, desta maneira, uma ideia de que contemple uma aproximação que favoreça nossa análise.

Coracini (2007, p. 17) lembra que, para Foucault, o discurso se constitui no lugar em que o poder se realiza, mas que, no entanto, configura-se também como um espaço de resistência; “resistência, diga-se de passagem, encontra-se prevista ou dissimulada no próprio dispositivo do poder”.

Granjeiro (2007, p. 34) afirma que no entendimento foucaultiano tem-se o discurso aproximado à ideia de uma dispersão, ou seja, “são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade a priori, cabendo a análise do discurso descrever essa dispersão, buscando as ‘regras de formação’ que regem a formação dos discursos”.

Já para Judith Revel (2005), tal conceito para Foucault representa um conjunto de enunciados que tem uma possibilidade de filiação a diferentes campos, mas que seguem a uma mesma ordem de funcionamento; assim essa ordem do discurso tem, funcionalmente, um regulamento que organiza a produção de saberes, as estratégias e as práticas.

Outra categoria importante nesta abordagem é a de **sujeito**, que se encontra diretamente relacionada à noção de discurso, assim como a maior parte dos conceitos foucaultianos, uma vez que o sujeito constitui para Foucault o tema geral de suas investigações¹⁰. O fundamento central de suas pesquisas reside no intento de historiar as formas de subjetivação do ser humano dentro de sua cultura.

Gregolin (2006, p. 59) afirma que

⁹ Esse comentário encontra-se na *Nota ao Leitor*, que abre a 5ª ed. brasileira do livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* de autoria de Michel Pêcheux.

¹⁰ Foucault sinaliza essa assertiva no texto *O sujeito e o poder*, publicado no livro RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

Pensando o “sujeito” como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa a mudança nos saberes e sua consequente articulação com os poderes. Para Foucault o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço delimitado pelos três eixos da ontologia do presente (os eixos do saber, do ser-poder e do ser-si). Dispositivos e suas técnicas de fabricação (como a disciplinaridade, por exemplo) constituem o que se entende como sujeito.

Esse trecho nos mostra a ideia de sujeito construída por Foucault e ao observarmos a relação desta noção com todo o engenho teórico-metodológico do pesquisador, percebemos a centralidade que ocupa. Assim, a posição desse conceito não deixa espaço para a ideia do sujeito constituinte; tal noção faz parte do resultado de uma construção engendrada a partir de lugares sociais e históricos e de suas práticas discursivas.

Granjeiro (2007) diz que o sujeito foucaultiano não se constitui uno, ele se apresenta disperso, descontínuo; é em si uma função neutra que pode assumir posições diversas. E pensando por esse ângulo, pode-se concluir que seu constructo identitário também é fruto de uma construção histórica, temporal datada e, assim, com possibilidade de não se perpetuar, de se transformar com a ação da historicidade.

1.3 Enunciado

Enunciado é um dos conceitos que apresenta mais convergência entre os pensamentos de Pêcheux e Foucault. E o principal ponto em comum é justamente tomarem a noção de historicidade para pensar o enunciado. Esse conceito é fundamental para se pensar o método arqueológico foucaultiano. O enunciado para Pêcheux teve forte influência da ideia de enunciado da linguística. (GREGOLIN, 2006)

Para Foucault, o enunciado representa a menor unidade que configura o discurso. Essa noção não se assemelha, de maneira direta, a uma frase, nem a uma proposição. A ideia aqui trabalhada é a de enunciado como uma função enunciativa. Esta é a principal característica identitária de um enunciado na perspectiva foucaultiana. (GREGOLIN, 2006)

A função enunciativa é constituída pelas ideias de acúmulo, exterioridade e raridade. Ou seja, “o fato do enunciado ser produzido por um sujeito, em algum lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado”. Assim, podemos entender que na função enunciativa o sujeito enuncia a partir de um certo

lugar (raridade); participando da lógica de um momento sócio-histórico (exterioridade); assim como requer eventos que desencadeiam a possibilidade de sua circulação, reverberação (acúmulo). (FOUCAULT, 2008)

Foucault (2008, p. 119) diz que

O enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

Será justamente na observação dessa movimentação entre os enunciados que se avizinham e se digladiam que conseguiremos traçar os pontos de relação entre os enunciados – unidades menores de análise – com os conceitos de formação discursiva e de arquivo. Esta tríade compõe o campo de ação, formulação e circulação dos discursos e seus sentidos atualizados pela ação da historicidade.

Usaremos aqui o conceito de enunciado construído por Michel Foucault (2008a), que expressa uma ideia de enunciado, de natureza semiológica, mais ampla, no que se refere às materialidades a serem abordadas, pois ele não objetiva apenas aqueles enunciados ditos verbais, linguísticos; o seu método arqueológico transita do constructo verbal a materialidades não verbais, como a análise dos corpos e de outros materiais de natureza pictórica.

Assim, no decorrer de nossa análise, empregamos o termo “enunciado” para designar tanto os enunciados de natureza verbal quanto imagética. Utilizamos assim as expressões enunciados verbal/linguístico e enunciado visual/imagético.

1.4 Formação discursiva

O conceito de formação discursiva, além de destacar-se como um dos principais dispositivos a serem utilizados na análise, configura o itinerário de relações entre Michel Pêcheux e Michel Foucault. Este é o criador do termo. Aquele, principal teorizador da AD, teceu os deslocamentos necessários ao termo com o intuito de aproximá-lo aos objetivos de sua teoria interpretativa, isso através da contribuição de Jean-Jacques Courtine..

Segundo Baronas (2007), em um primeiro momento, nos idos de 1974, entendia-se formação discursiva como o que podia ou não ser dito a partir de uma posição de classe.

Neste momento, o sujeito é assujeitado pelas vias do inconsciente, do simbólico e do ideológico. Com o desenvolvimento do conceito na AD, essa ideia de fechamento ideológico da noção da FD vai perdendo espaço para as ideias (originais do termo) foucaultianas, incorporadas pela teoria, por Courtine. As FDs passam a ser entendidas como constitutivas de continuidades e atravessamentos. Os ganhos conceituais verificados na trajetória desse conceito o legitimam, assim como os outros citados, a auxiliar na interpretação e/ou leitura dos sentidos pretendidos.

Sabendo que uma formação discursiva ‘não é um lugar fechado’, mas que é invadida por discursos filiados a outras formações discursivas, e que o interdiscurso é a relação entre os discursos, os “já-ditos”, os dois conceitos – formação discursiva e interdiscurso – se relacionam na medida em que a produção de sentidos, ou seja, “os sentidos, no interior das formações discursivas, estão sob dependência do interdiscurso” (Pêcheux, 1980). Isso significa dizer que os sentidos não são transparentes, nem estão na estrutura dos enunciados, mas são produzidos na relação entre os discursos presentes no interior das formações discursivas, isto é, são produzidos nas relações entre os interdiscursos. Por isso, Granjeiro (2007) sinaliza o interdiscurso como o elemento fundante da identidade de uma dada formação discursiva.

Esses deslocamentos verificados na AD-3 ganharam contornos dentro das práticas de pesquisas dos analistas do discurso. Courtine, a partir da publicação de seu livro *O discurso comunista endereçado aos cristãos*, constrói uma lista de relocalizações e adicionamentos à teoria da AD. O próprio Pêcheux participa escrevendo a apresentação¹¹ do livro e retifica o caminho revisor norteado por Courtine. (GREGOLIN, 2008b)

Neste livro, Courtine adiciona à noção de formação discursiva as ideias da heterogeneidade e do interdiscurso. Rompe, assim, com a definição homogênea de FD. O conceito da heterogeneidade mostra que os discursos não são tão puros. Courtine afirma que os enunciados tecem relações e contatos com outros enunciados filiados a outras FDs; tal fato oferece espaço à contradição. Entram, assim, em cena, em sua análise, os procedimentos do método arqueológico foucaultiano, que investiga as regularidades discursivas e oferece uma percepção das condições de emergências dos discursos.

Gregolin (2007) aborda a questão da abertura das materialidades e assim da pertinência desse agenciamento conceitual. Aponta para a valia do conceito de formação discursiva para a

¹¹ O texto da apresentação é *O estranho espelho da análise do discurso*, em que Pêcheux tece autocríticas ao seu aparato teórico.

leitura sobre o papel da mídia em sua espetacularização dos efeitos de sentido sobre as construções identitárias por esta operadas.

1.5 Memória Discursiva, Interdiscurso e Redes de Memória

Em relação à memória, poderemos considerá-la como a dimensão interdiscursiva, a instância principal por onde circulam nossos enunciados e por meio da qual se efetivam os processos discursivos e/ou na qual estão suportados os acontecimentos e seus sentidos correlatos. Tamanha a pertinência da memória discursiva para a interpretação dos textos e imagens constitutivos de nosso corpus, teceremos algumas considerações sobre a noção aqui adotada.

Pêcheux (1999, p. 50) diz que a

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade - com a qual é preciso um dia se confrontar - de um campo de pesquisa que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação; logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do símbolo e da simbolização.

Este conceito abordado por Michel Pêcheux (2010) apresenta uma ideia de memória como recurso para uma ação analítica próxima a uma semiologia histórica. O autor vê, assim, a imagem como um “operador de memória social”, tendo a possibilidade de se verificar nesse tipo de enunciado um “programa de leitura”.

Já Courtine (1981 *apud* Milanez, 2006, p. 161) destaca que

O que entendemos como “memória discursiva” é distinto de toda memorização psicológica do tipo daquela aos quais os psicolinguistas se dedicam enquanto produção de medida cronométrica. (...) a noção de formação discursiva concerne à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos, ela visa o que Foucault (71, p.24) destaca a proposto dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, discursos que estão na origem de certos atos novos, e falas que as retomam, as transformam, são ditas, permanecem ditas e restam ainda a dizer.

Do exposto, podemos concluir que há uma íntima relação deste conceito com o de interdiscurso, que centraliza a convergência/contato ente o fio do discurso com um domínio de memória. Tal noção refere-se a registros memoriais que caracterizam a experiência do indivíduo, assim como todo um aparato de lembranças e registros de uma cultura.

De acordo com Fonseca-Silva (2007, p. 23), Courtine entende que

A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado, ou seja, supõe o enunciado inscrito na história. Os enunciados, em cuja formação se constitui o saber próprio de uma formação discursiva, são tomados no tempo longo de uma memória, e as formulações, no tempo curto da atualidade de uma enunciação. Nessa perspectiva, a memória irrompe na atualidade de um acontecimento. E o efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se dá na relação entre o **interdiscurso** e o intradiscurso. (grifo nosso)

Podemos destacar, aqui, a pertinência da ideia de acontecimento discursivo, pois a memória discursiva possibilita o processo de atualização do sentido dos enunciados, por meio do uso de traços memoriais registrados e que se digladiam com a intervenção da ação da singular situação social e histórica. A mídia se utiliza desse expediente discursivo para ancorar seu jogo com a linguagem, seja verbal ou não verbal; potencializa o uso do imaginário coletivo para gerar os sentidos outros, possíveis. E o interdiscurso se caracteriza justamente pela confluência desses discursos. Fernandes (2008) atesta que “toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, o que, na análise do discurso, denomina-se interdiscurso”. Há, assim, a convivência de discursos de lugares sociais distintos participando do mesmo espaço, tecendo diálogos e travando severas lutas.

A ideia de redes de memória tece forte relação com a de interdiscurso e memória discursiva. Gregolin (2001b) sinaliza que

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidades, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos.

Essa noção nos possibilita, analiticamente, perceber os deslocamentos engendrados pela clivagem da ação da história. Os enunciados, em uma série de acontecimentos, adquirem outras extensões semânticas. Os fios de sentido ressoam em direção aos eventos propiciados pela historicidade.

Courtine (1999) destaca que, em uma rede de memória, os enunciados seguem um percurso, um trajeto e apresentam uma relação tumultuada com a ação do tempo, o uso e desuso da memória, ressurgindo como lembranças deslocadas e sendo submetidos ao julgo genealógico do esquecimento.

Esse jogo instável do sentido, como o faz o discurso jornalístico, encontra-se fortemente representado nos enunciados de natureza imagética que regularmente são frequentados por jogos memoriais, lembranças atualizadas, deslocadas, ressignificadas que fundamentam os novos sentidos instaurados nessas estruturas discursivas. Esse universo interdiscursivo e memorial encontra na observação do acontecimento discursivo e nas abordagens da semiologia histórica caminhos seguros e proficientes de análise.

1.6 Semiologia histórica

Courtine (2011), pensando no discurso político, destaca:

(...) Os discursos estão imbricados em práticas não-verbais, o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e gesto, a expressão pela linguagem conjuga-se com aquela do rosto de modo que não podemos mais separar linguagem e imagem. (COURTINE, 2011, p. 150)

Tal entendimento de Courtine explicita a importância da leitura dos enunciados imagéticos, pois hoje não só os políticos são elementos protagonistas das falas públicas, o indivíduo comum, com a oferta de diversas modalidades de mídias gratuitas ou as tradicionais, também se expressa. E isso ocorre com a utilização de registros de natureza imagética. Este autor constitui-se em uma das maiores autoridades da semiologia histórica, uma possibilidade de investigação de imagens fundamentada no universo memorial.

Essa abordagem representa para a análise do discurso um possível caminho que contemple o estudo das novas, diversificadas e sempre em transformação materialidades que se apresentam aos analistas. Courtine, ao implementar essa experiência analítica aos seus trabalhos, impôs mais um aprimoramento ao arcabouço teórico-metodológico da AD, além dos deslocamentos já operados por este ao que se refere ao uso do conceito de formação discursiva dentro de nosso campo teórico. (GREGOLIN, 2011)

A semiologia histórica oferece ao fazer analítico contemporâneo um modo plausível de se ler, de maneira sincrética, as materialidades de natureza verbal, característica dos momentos iniciais da teoria, e não verbais. A partir de um ensaio, fruto da fala de Pêcheux em uma sessão temática, denominada “Papel da memória”, publicado nos registros do *Colóquio*

História e Linguística, realizado na escola Normal Superior de Paris, em abril de 1983, verifica-se que este sublinha a inclinação favorável à relação da análise do discurso com a semiologia histórica.

Courtine (2011), ao explicar esse termo, utiliza o exemplo do processo de discursividade do discurso político e seus naturais deslocamentos, produto da adequação às novas lógicas sociais e históricas da fala pública.

Um conceito pertinente, para nossa análise, pertencente à abordagem da semiologia histórica, é o de intericonicidade, noção que opera uma leitura indiciária fundamentada pela relação memorial de imagens. Courtine diz que:

A intericonicidade é assim uma noção complexa, porque ela supõe a relação entre imagens externas, mas também entre imagens internas, as imagens da lembrança, as imagens da rememoração, as imagens das impressões visuais armazenadas pelo indivíduo. Não há imagem que não faça ressurgir em nós outras imagens, quer essas imagens tenham sido já vistas ou simplesmente imaginadas. (COURTINE, 2011, p. 159-160)

Através deste conceito, o referido autor abre uma alternativa de se trabalhar com as várias modalidades de memórias com o intuito de fundamentar as interpretações, apontando sinais constitutivos dos registros interdiscursivos entre as imagens e a memória discursiva dos leitores. As imagens postadas pelo trabalho discursivo da mídia, por exemplo, solicitam esse itinerário interpretativo, pois possuem a memória como base para a constituição do processo discursivo. Os enunciados acionados pelos acontecimentos históricos tecem diálogo não com os fatos passados, mas com os vestígios enunciativos presentes na memória social dos sujeitos (público alvo) quem os interpretam.

É, assim, de extrema importância para a aplicação desse caminho analítico disposto pela ideia da intericonicidade, a observação sobre a noção de memória em todos os seus sentidos. Para o analista, torna-se necessária a aquisição do universo imaginário sobre o tema ou evento sobre os quais se debruça sua leitura. Finalizamos o destaque sobre esse conceito, sublinhando o pensamento de Courtine quando diz que a contribuição da ideia de intericonicidade para as sociedades “líquidas” é importante porque tal conceito representa “uma antropologia histórica das imagens” que também é uma “arqueologia do imaginário humano”. (COURTINE, 2011, p 162)

CAPÍTULO 2
DISCURSO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Há um horizonte discursivo, onde observamos o toque de um mar de acontecimentos com um céu de enunciados imagéticos, verbais, sonoros, olfativos, tridimensionais. À espera da abertura de novos horizontes, a percepção do analista sobre a concepção de acontecimento discursivo se dirige a partir de uma sensibilidade cega, desfalcada do sentido que nos permite a construção do efeito de evidências absolutas. Paradoxalmente, enxergar as linhas unificadoras da obra final de nossas evidências define o fazer do analista que estuda os discursos. Desconstruir para edificar caminhos interpretativos nos colocam acessos a outros pontos de vista, demarcando lugares outros, singulares, ilusoriamente livres das forças/poderes/saberes que possibilitam as evidências produto da sociabilidade. Este é o lugar do analista que busca ver o jogo discursivo, o jogo de poderes, o jogo de saberes, o jogo de/com memória, assim como o jogo de efeitos identitários.

Observando o evento natural que ocorre entre as luzes e as imagens projetadas, podemos verificar algumas analogias em relação a alguns posicionamentos tomados pelo discurso jornalístico que nos fazem perceber e interpretar imagens enquanto unas e diversas, isso levando em consideração os aspectos das regularidades e das especificidades que engendram os constituintes de uma dada formação discursiva, marcando suas limitações móveis e suas posições conflitantes.

Assim, os efeitos de sentido provocados no momento que entram em contato com acontecimentos históricos e enunciados são precedidos por instantes intensos de atividades de acessos memoriais, de fortes correlacionamentos de imagens discursivas e lembranças. A construção do sentido apresenta, como personagem protagonista, a experiência memorial de cada leitor, assim como a memória coletiva, a ideia dos pré-construídos aos quais este (o leitor) também recorre para auxiliar o seu processo de leitura.

Segundo a lógica que domina a noção de intericonicidade, percebe-se que as memórias são ressignificadas naquele momento. Courtine (2009, p. 160), sobre isso, diz que ocorre “uma relação entre imagens externas, mas também entre imagens internas, as imagens da lembrança, as imagens da rememoração”. O aparato de construções memoriais que nos povoam enquanto sujeito entra no jogo das novas lógicas, determinadas pelo histórico, que obrigam a adequação aos sentidos impostos, àquilo que pode significar, nos direcionam à égide dos sentidos dominantes.

2.1 A memória e o acontecimento discursivo em jogo

A dominância de sentidos advindos da lógica social se apresenta em forma de discursos. Os discursos que não são entidades concretas nem engendradas, mas que se edificam em uma configuração de natureza líquida, sem limitações rígidas, participam da constituição da sociabilidade, da ilusão do concreto social e do próprio processo de formação do sujeito na contemporaneidade e dos efeitos de identidade deste.

Foucault apresenta uma noção de discurso que nos torna mais claro o comportamento dos discursos na sociedade, em outras palavras, ele nos direciona a um acesso analítico de percepção do histórico e das dinâmicas de construção da verdade, dos saberes, do poder e do sujeito. Assim, tal filósofo recorre ao discurso como instrumento fundamental de um arcabouço analítico e teórico.

Para este capítulo é pertinente abordar o conceito de acontecimento discursivo. Foucault (2008) diz que “é preciso estar pronto para colher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento”. É justamente neste momento que entram em ação as participações da memória no processo de formulação de deslocamentos discursivos. O discurso repousa no universo de uma dada pressuposição, de um já-dito.

A categoria da memória, na AD brasileira, representa um dos conceitos mais recorrentes em nossas produções de artigos, livros, teses e dissertações. A observação da memória como recurso analítico nos permite ocupar posições privilegiadas para a leitura dos acontecimentos históricos e dos fatos sociais em seus aspectos plurais e fluidos.

O recurso à memória nos processos de construção de sentido permeia na contemporaneidade os diversos suportes de comunicação. Indo das redes sociais que se encontram em um intenso processo de difusão e de amplo alcance popular, atingindo os mais variados extratos sociais e culturais, até os meios de comunicação de massa mais tradicionais como TV, jornais e revistas.

As redes de relacionamentos mais populares hoje expressam, nas postagens e comentários de seus usuários, o uso de estratégias de jogos de sentidos que possuem como elemento primordial o uso de vestígios de memórias utilizados nas configurações de imagens, sons e enunciados verbais. Muitos elementos de natureza memorial que antes estavam restritos a produções acadêmicas específicas e a arquivos de instituições públicas e particulares agora se encontram em circulação por múltiplos gêneros comunicativos. Os jogos de sentido, em grande parte com finalidade humorística nesses espaços de relacionamentos, fizeram de alguma forma com que o exercício de memória entrasse em voga para os diversos públicos consumidores desse universo virtual. Paralelamente a isso, os meios de comunicação mais tradicionais como as revistas semanais, que sempre se utilizaram dessas práticas

estratégicas do recurso ao universo memorial social para a produção de suas publicações, estão em intenso diálogo com esse universo discursivo dos referidos espaços virtuais, tendo estes funcionado como importantes referências de pautas para jornais e revistas.

Os trabalhos discursivos e as construções de sentido, verificados no âmbito do discurso político nas diversas paragens midiáticas seja no mundo virtual das redes sociais seja nas mediações feitas pelas revistas de circulação nacionais e locais, também têm recorrido ao universo memorial como material discursivo e traços enunciativos prontos a serem ressignificados, deslocados, silenciados, “esquecidos” ou postos a aproximação e digladição com outros enunciados que pertencem e dialogam com tal formação discursiva.

Courtine (2009) aponta a noção de interdiscurso como sendo o lugar em que as produções-enunciações de um sujeito, inserido em uma dada FD, se efetivam constituindo o espaço em que o sujeito se utiliza de objetos para formar a sua coerência, o seu sentido. É seguindo a pertinência desse pensamento, que iniciamos a discussão sobre o estatuto da noção de memória que se faz necessária recortar, neste capítulo, com a finalidade de uso de tal conceito em nosso tópico de análise do *corpus*.

Para pensarmos esse recurso de acesso às memórias utilizado pela mídia e que permeia o domínio interdiscursivo, faz-se necessária a abordagem a alguns conceitos referentes ao universo memorial e que se apresentam em uma posição fundamental no trabalho que propomos realizar. Destacamos, assim, algumas noções que estruturam a pesquisa memorial na análise do discurso e nas áreas correlatas que de forma importante têm contribuído para as pesquisas nas áreas da linguagem e que possibilitam o estudo de objetos que possuem natureza discursiva, nosso intuito.

Como visto, a ideia de memória perpassa por diversas áreas com múltiplos aspectos epistemológicos. Neste texto, atentamos para uma abordagem do termo que leva em consideração o reconhecimento dessa característica multimodal e multidisciplinar que o fundamenta.

O nosso percurso analítico nos solicita, diante da natureza de nosso *corpus*, operar importantes diálogos com ideias de autores de outras áreas que produziram argumentos que auxiliam nosso trabalho analítico.

Destacamos, em um primeiro momento, três conceitos do universo memorial que podem nos ser caros pela distância epistêmica, mas que nos são fundamentais: memória social, memória coletiva e imaginário coletivo. Sublinha-se como reforço de justificação para este movimento teórico a essência dos objetivos pretendidos pelo presente trabalho que possuem como direcionamentos os efeitos discursivos e argumentativos de publicações

mediáticas que têm posição de destaque na produção da informação política, adicionado ao fato de tal empresa em questão (Veja) apresentar-se como sujeito-institucional de possibilidade de persuasão popular devido a seu vasto alcance e influência no espaço midiático. Assim, a utilização de abordagens sociológicas e de alguns personagens dos chamados Estudos Culturais se faz necessária e pertinente.

Halbwachs (1990) constrói uma discussão sobre a ideia de memória, partindo do uso mais corriqueiro e difundido representado pela noção de memória relacionada ao imaginário histórico e mitológico, chegando até a investigação da memória nos âmbitos individuais e coletivos.

Em 1950, em publicação póstuma do referido autor, *Memória Coletiva*, temos uma perspectiva teórica que permite a abertura de um importante número de possibilidades para os gestos de interdisciplinaridade entre os domínios de conhecimento que compõem o espaço das ciências sociais. Ele recorre à ideia de memória deslocando-a da égide de uma classificação mental e se aproximando de uma linha mais historizada da sociologia.

Tal autor traça uma abordagem sublinhando as noções/aspectos das memórias individuais e coletivas. A memória individual caracteriza-se, em uma primeira leitura, como sendo de natureza psicologista, ligando-se à lógica memorial de que se é exigido, como pressuposto ao ato de acesso à lembrança, a participação de uma testemunha que rememore o ocorrido e consiga repassá-lo. Já a noção de memória coletiva se direciona à ideia de grupo em que as lembranças são interagidas, esquecidas e reafirmadas seguindo as transformações pelas quais tal grupo tenha experimentado. (HALBWACHS, 1990)

No entanto, segundo Halbwachs, a relação entre estas duas noções de memória não são inteiramente excludentes, antes disso, configuram-se em uma dinâmica de complementariedade. Sobre esse aspecto o autor afirma que

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Esse excerto nos faz perceber que a memória coletiva nos coloca, enquanto pesquisadores, a percepção de como o jogo memorial se estabelece e se transforma em diversos momentos de nossa história. Os inumeráveis acontecimentos e fatos que verificamos em nosso cotidiano fruto da intervenção de fatores históricos, sociais e econômicos são

compartilhados pelos membros de nosso grupo de referência. A nossa memória individual não deixa de interagir com o espaço memorial coletivo a que estamos filiados. Quando necessário, temos a possibilidade de recorrermos a esse universo de lembranças compartilhadas.

Muitos acontecimentos aos quais não tivemos acesso presencial, mas a que estamos ligados pelas diversas maneiras de alimentação da memória coletiva, nos faz ter acesso a essa memória. Palavras, ideias, histórias míticas, locais representam instrumentos que coadunam os membros dos grupos de referência. No entanto, esse esquema truncado de experiências que forma a memória coletiva não representa a formação de uma massa homogênea de memórias. Cada memória individual se destaca em sua dinâmica subjetiva; a experiência individual é alimentada pelo grupo, pelo coletivo, mas também oferece a sua contribuição.

Halbwachs salienta ainda que

da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme numa massa consistente de lembranças. Se, ao contrário, essa cena parece não ter deixado, como se diz, nenhum traço em nossa memória, isto é, se na ausência dessas testemunhas nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe reconstruir uma parte qualquer; aqueles que não-la descrevem poderão fazer-nos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 28)

Entende-se que esse conjunto de depoimentos exteriores no qual estamos imersos, enquanto partícipes desse grupo de lembranças, possui pontos em comum com nossas lembranças. Partilhamos experiências vividas e trocadas no processo de uso da memória coletiva. Recorremos a esta quando identificamos vestígios memoriais, tais sinais nos ligam a uma dada lembrança pelo processo de rememoração.

O presente pensamento de Halbwachs nos explicita a filiação memorial a que estamos determinados. A construção de significados através do recurso ao domínio da memória, de seus deslocamentos operados pela dinâmica imposta pelos aspectos políticos e históricos passa por essa característica da relação do indivíduo com o coletivo, da lembrança individual e coletiva. Os mecanismos de destaque e também de apagamento e esquecimento de memórias representam poder; quem consegue de alguma maneira alimentar o domínio da memória coletiva detém força no processo de manipulação dessas memórias.

A pertinência do uso do conceito de memória coletiva de Halbwachs, neste estudo, se fundamenta principalmente por esse aspecto de dominância que o processo de uso, acesso e

controle da memória representa nas sociedades contemporâneas. A nossa abordagem em torno da ideia de memória se passa na instância das práticas discursivas e guiadas pelos movimentos incertos e instáveis dos enunciados e pelos jogos de poder/saber. Esse espaço em que ocorre a formulação e reformulação dos discursos possui a memória como ancoragem. Trabalha-se, assim, as lembranças enquanto presenças e futuros, em que se percebem os significados outros nos mesmos. Pois, nos jogos discursivos, lembrar pode ser uma maneira de esquecimento.

Le Goff nos traz outra perspectiva sobre a noção de memória coletiva. Mas antes de discutir as aproximações de nosso estudo com o conceito do historiador, pontuamos que o argumento que nos levou a recorrer a tal abordagem foi justamente a interação que ele estabelece entre o conceito de memória coletiva e o de memória histórica.

As similitudes que produzem certa identificação entre o fazer do historiador/jornalista e a prática do analista do discurso se acentuam quando se pretende ler os jogos e dissimulações do discurso político no âmbito de fomentadores de informação, como é o caso da imprensa escrita. A releitura da prática histórica com o surgimento do grupo dos historiadores do cotidiano ao qual Foucault, o historiador dos discursos, firmou alguns diálogos e construiu aproximações importantes que fizeram frutificar obras como *Os anormais*. Esta chamada Nova história também angariou a simpatia do próprio Michel Pêcheux, que opera alguns deslocamentos em algumas de suas ferramentas teóricas e, principalmente, amplia os tipos de materialidade sobre as quais tecia as suas leituras, acaba com a supremacia absoluta do discurso político e se insere nos discursos do cotidiano (terceira época da AD).

Ainda sobre as dinâmicas da relação entre a linguística e a história, destacamos o pensamento de Sargentini (2010, p. 96), que afirma que “o historiador recalca o significante, a materialidade da linguagem, e o linguista recalca o sujeito e a história. A superação desses recalcamientos exigia, então, a centralidade do discurso como objeto de análise”.

Feita a observação sobre as contribuições de Le Goff, iniciamos a discussão sobre um dos tópicos referentes à memória, que é o de memória coletiva. Segundo o referido autor

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996 p.426)

Esta possibilidade de senhoramento latente para quem detém a posição de influência na condução dos jogos de memória nas diversas instâncias de exercício de poder configura-se um aspecto fulcral no pensamento de Le Goff. Tal evento aborda justamente o espaço de confluência entre os aspectos da memória coletiva e suas trocas com os aspectos subjetivos das memórias individuais. O domínio desse ponto de entrecruzamento oferece uma posição de poder a quem se situa no lugar de instrumento de fomentação do imaginário coletivo, configuram-se como os senhores dos deslocamentos de memórias ou, ainda, como fonte de decisão para o que deve ser rememorado e em que perspectiva de posição sujeito deva ser oferecida aos jogos de significados e sentidos.

Entende-se que as “verdades da época” que se impuseram às lógicas de sociabilidades em todos os períodos da história sempre se direcionam pelas vias que levam ao controle de um sentimento ilusório de evidências. A manutenção das regras que mantém a ordenação discursiva necessita do acionamento das estratégias de lembrança, reformulação imaginária e dos esquecimentos. E é nessa dinâmica que vão se operando as transformações nas memórias e imagens instavelmente estabelecidas nas lembranças coletivas.

Tais mecanismos de manipulação de memórias expressos nas palavras de Le Goff, quando relacionados com os trabalhos discursivos desenvolvidos pelas instâncias midiáticas, apresentam-se de maneira mais perceptiva devido a cada posição de leitura tomada por cada empresa de comunicação. A prática da mediação pressupõe o estabelecimento de posições perante cada fato a ser publicado. Tais instituições-sujeito podem se filiar a diversas e diferentes formações discursivas ao formularem seus textos, suas imagens, ou seja, seus enunciados enquanto função. A mídia assim funciona como uma situação metáfora para expressar esses movimentos que ratificam a ideia de que “o estatuto da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente dos quais a memória está ora em retraimento ora em transbordamento” (LE GOFF, 1996, p. 426)

Retomando o mote da relação entre a memória e a história que se configura um nó de discussão para os que discutem a trajetória das práticas históricas, sublinhamos um ponto de encontro entre as perspectivas de Le Goff e Foucault. Esse traço identitário se refere à noção de documento enquanto monumento. Os dois pensadores se afinam com a postura dos partícipes da Nova História. Essas leituras aparecem como críticas perante a tradição histórica que se prestava “a memorizar os monumentos do passado, transformá-los em documentos”. (FOUCAULT, 2008, p. 8)

Foucault faz menção sobre o estatuto do documento diante dos ditames da Nova História, segundo ele

a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que desdobra, onde se decifravam traços deixados pelos homens, se tentava reconhecer em profundidade o que eles tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 2008, p. 8)

A quebra do julgo do monumento sobre o documento sublinha a questão do fazer do historiador perante o documento. A postura do historiador agora requer uma série de gestos teóricos e analíticos que assegurem o seu aspecto enquanto monumento. Entende-se que agora o documento saiu de seu posto supremo nas práticas de história. O passado agora não se configura como em um bloco fixo de informação que restringia o acesso dos dados a serem lidos, passou a ser percebido como um elemento que oferece pistas, vestígios de natureza decifráveis. O historiador não deve operar uma interpretação, mas trabalhar o documento no interior de sua descontinuidade, construí-lo analiticamente em sua dinâmica instável, colocá-lo em série, descrever e relacionar.

Para Foucault o documento entra na lógica dos enunciados, sendo decifrado através de seus aspectos que dialogam e se ligam a aspectos de outros documentos da vizinhança enunciativa. Isso possibilita perceber o real do documento em suas permanências, transformações e reformulações. Ele fundamenta esta posição com a noção de arquivo e de *a priori* histórico. Este, segundo Foucault (2008, p. 145), “é o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva”. Aquele que aborda a possibilidade do dizer, que dá condições para o aparecimento, irrupção do enunciado como acontecimento, garante as transformações regulares dos enunciados. A memória coletiva aqui não deve ser vista como uma referência fixa e a serviço da história, mas, sim, como uma construção, elaboração da prática do historiador.

Sobre isso Le Goff (1996, p.545) coloca que

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Verifica-se que o autor coloca na discussão sobre o processo histórico de transformação do documento em monumento a questão da relação com o poder, definindo assim as lógicas de poder que agiram e agem sobre os documentos como aspectos

fundamentais a serem lidos/analizados. A crítica que constrói a monumentação documental constrói questionamentos à memória coletiva com a finalidade de recuperação e transformação em informação científica dessas relações de poderes.

O fazer e os cuidados do “novo” historiador perante o documento se coloca como um ponto de identidades entre os analistas do discurso e seu trabalho. No âmbito discursivo, a observação dessa noção de monumentação faz-se pertinente. A relação direta que a teoria da AD possui com a história nos impinge uma obrigação em seguir criticamente os movimentos da historiografia. O cuidado que devemos aos nossos *corpora* entrecruza com esse trabalho de produção monumental.

O historiador francês Pierre Nora, também associado ao movimento da Nova História, aparece na cena da história memorial, seguindo essa narrativa dialética entre história e memória, com um conceito novo que atualiza a abordagem da ideia de memória, o chamado “lugar de memória”. Nesse pensamento, o autor marca a questão do espaço instável do memorial com a postura crítica da história. Ele nos diz que

a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas formações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revisitações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1993, p. 9)

É a partir dessa posição que o autor fundamenta o seu conceito de lugares de memória. Essa noção destaca a configuração fluida da memória. Sublinha a questão da inoperância de se conceber a memória em um espaço contextual fixo, representante de uma imagem que serve a ideologias e estágios históricos sempre acessíveis a um dado universo social. A memória ocupa um lugar em que atua num mesmo batimento enquanto de natureza material-simbólica e funcional. O formato simbólico resguarda o espaço na memória coletiva, o aspecto funcional contém a natureza plural de transformação, reformulação e permanências ilusórias. As ideias do simbólico e do funcional lhe garantem um efeito de identidade e de constante variação. Sobre isso ele afirma que

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da memória e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22)

Pensando nesse aspecto dos lugares de memória, podemos tecer uma aproximação para o caso da revista *Veja* mediante a produção de discurso político. Lendo esse aspecto material principalmente quando relaciona à ideia de arquivo, remete-nos às práticas dos meios de comunicação. A mídia caracteriza-se pelo trabalho incessante com a memória enquanto recurso informativo e discursivo, e se postula como uma forte construtora de memórias e de efeitos identitários.

As publicações de *Veja* apresentam um ponto de vista perante uma dada memória e com isso tem a capacidade de direcionar um processo de metamorfose nos âmbitos da memória e dos discursos, oferecendo material para a crítica histórica produzirem conhecimento histórico. É um lugar de memória que canaliza as forças de transformação da memória coletiva e de forma indireta da memória histórica. Observamos assim a existência de um processo de retroalimentação entre aspectos da memória coletiva, o trabalho de ressignificação discursiva das empresas midiáticas e da ação, elaboração da prática historiográfica.

2.2 A noção de identidade em efeitos discursivos

Se formulássemos, neste texto, uma questão direcionada ao público em geral, tal como: **quem é Lula?** Que tipo de respostas possíveis poderíamos antever? O que pensam, neste momento, alguns públicos brasileiros? Que movimentos característicos do efeito de identidade do sujeito Lula podem nos aparecer a partir de publicações jornalísticas sobre Lula? Quais são os deslocamentos operados na memória discursiva referente à identidade do político? Que aspectos do(s) outro(s) habita(m) tal imagem? Como sua história é representada? Em que (quais) lugares de memória ele está?

Esses tipos de questionamentos são recorrentes no universo acadêmico fundamentado por perspectivas filosóficas, sociológicas e históricas. Um aspecto comum entre boa parte das abordagens refere-se à ação do histórico, enquanto acontecimento, e ao fato de que este age sempre nos propondo novas e diferentes possibilidades de respostas.

Neste tópico do capítulo, discutiremos sobre a noção de **identidade**, esse conceito tão complexo e tão caro àqueles que se lançam na tarefa de pesquisá-lo, devido ao contexto histórico em que estamos inseridos, regido pelos efeitos do processo de globalização. A ideia de identidade configura-se como elemento chave em nosso questionamento com a utilização da memória como material de produção discursiva na esfera midiática.

Como foi sublinhado no tópico anterior, os meios de comunicação apresentam aspectos que os colocam na posição de formador de opinião e de ferramenta construtora de identidades. A posição social e histórica de empresas como Veja atribui poder no âmbito da circulação de informações. O poder de dizer, de enunciar-se perante fatos e acontecimentos produzidos pela sociedade institucionaliza o seu lugar de mediadora de informações, mas também de produtoras de verdades, ratificadora de ideologias e silenciadora de memórias.

O campo conceitual de identidade é o nosso foco e iniciamos sua discussão destacando o pensamento de Le Goff (1996, p.477) quando diz que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Neste excerto, o autor coloca precisamente a relação entre as ideias de memória e identidade, destaca o aspecto complementar que uma exerce sobre a outra. Essa perspectiva ratifica a ideia de se pensar a imprensa midiática enquanto instrumento construtor de identidades. Retomemos a asserção defendida, neste trabalho, e relembremos o nosso questionamento principal: a Veja operou/opera deslocamentos do efeito de identidade de Lula perante a memória coletiva? A noção de identidade, assim, pode ser pensada a partir desse viés de relação entre Veja e seu público e, em consequência das possíveis repercussões de suas matérias, podemos dizer entre Veja e a memória coletiva que tenha cristalizado tais deslocamentos.

Abordando a ideia específica do conceito, recorramos à questão que nos provoca inquietação: o que é identidade? A identidade é um conceito chave no âmbito das chamadas ciências sociais, mas mesmo fora do universo acadêmico esta noção provoca muita aflição, pois ela toca em um ponto fulcral na instância coletiva e individual das pessoas de todas as sociedades. Traçando um diálogo com os conceitos abordados no tópico anterior podemos destacar a relação de complementariedade que caracteriza o contato entre a memória individual e a memória coletiva enfocada por Halbwachs. Pensando na sociedade multifacetada em que vivemos, constituída por muitas possibilidades de ancoragem memorial, com qual memória estabelecermos uma relação de confiança? Essa é uma das muitas conjecturas que podemos construir em relação a essa relação desesperada de ancoragem que nos faz ficar angustiado, como o próprio Le Goff destacou no excerto supracitado.

Bauman (2005) destaca que a questão da identidade se coloca ao indivíduo quando este ocupa um lugar diferente de seu espaço de sociabilidade de origem. A experiência de se afastar de sua referência cultural de nascimento é a que propicia o aparecimento da percepção de identificação. Sublinha-se o sentimento de “pertencimento”, temos a oportunidade de identificarmos nossos aspectos culturais específicos, assim como os traços que nos ligam a

outros universos imaginários culturais. Neste mesmo instante de separação, perdemos nosso aporte cultural e somos acometidos por deslocamentos. O sentido ilusório de compatibilidade totalitária se esvai e entramos no âmago da crise. Inicia-se o exercício de criarmos um conceito sobre o que somos. Procura-se entender, explicitar que fios de identificação com o nosso universo cultural de origem permanece, e que natureza de relações nos faz sentir que também somos outros, que aspectos dos novos espaços de sociabilidade em que estamos inseridos configuram agora nossa constituição.

Bauman (2005) pontua a existência de duas comunidades que permitem a construção de nosso efeito de identidade. Ele destaca as chamadas “comunidades de vida” e as “comunidades de destino”. A primeira refere-se a um espaço social e cultural ligado de maneira fixa, absoluta. Tal comunidade constitui o nosso lugar de sociabilidade de nascimento e onde criamos os nossos primeiros esquemas de referências e de representação de mundo. Neste universo, não se sente o sentimento de exclusão, as suas práticas, sentidos e ideologias encontram-se diretamente determinados de alguma maneira. Percebemos quem somos pelo menos ao que se refere a esse espaço cultural. A ancoragem oferecida por esta comunidade sublinha a ideia de pertencimento. Temos um aporte para construirmos a nossa concepção subjetiva de identidade, podemos nos destacar dentro deste universo cultural, mas possuímos a estrutura memorial coletiva a quem podemos recorrer assim que for necessário. Esta comunidade se aproxima do que conhecemos da ideia de sentimento de nacionalidade, referindo a uma noção geral do que pertenceria ou não a questão da identidade nacional, que também é atravessada pela contradição.

Já a comunidade de destino refere-se à noção de unificação identitária balizada pelos aspectos de ideário de mundo e de argumentos políticos e/ou de princípios pessoais. É justamente nesta comunidade que surgem os questionamentos sobre a identidade. A lógica de constituição de um espaço de identificação por ideias é dominada pelo descentramento, visto que as ideias essencialmente estão em movimento de transformação, reelaboração constante. Deste fato, entende-se que os indivíduos que formam essas comunidades, com o passar do tempo, percorrem outros caminhos, trilham outros espaços, ocupam outras posições que, na maioria das vezes, apresentam aspectos contraditórios com as ideias defendidas pelas comunidades de outrora. A atividade de escolha, reconsiderações, coloca o indivíduo sempre em situação de mudança. Podemos citar, como exemplo, a migração de partidários fundadores do PT que saíram do partido para outros ou fundaram outras legendas. A relação entre as noções de pertencimento e de identidade é de natureza dialética.

Bauman (2005, p. 19) diz que

estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar nenhum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa se “sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa há explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar oferecer e barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.

Esta posição de deslocamento pela qual passa o indivíduo de identidade o transforma em sujeito de lugar nenhum. Quando preso à noção enfraquecida de pertencimento, devido à saída de seu lugar cultural, o indivíduo não encontra espaço que lhe seja totalmente identificável. Essa percepção provoca questionamento tanto ao indivíduo quanto às pessoas que o cercam, seus companheiros de afinidades de ideias. A estranha sensação de sentir-se deslocado todo momento provoca angústia ao pensar em posição de identidade. Este é um dos aspectos fundamentais que se deve levar em conta quando se pretende abordar analiticamente o estatuto do homem da pós-modernidade, indivíduo este vítima constante do policiamento ideológico que vivenciamos na sociedade atual. Este possui traços identitários com os diversos perfis dispersos e à disposição na sociedade. Alguns desses aspetos se apresentam de forma pertinente em determinada conjuntura, contexto, mas soam como fatores negativos para outras parcelas do meio social, que também oferece ao mesmo indivíduo características positivas e não tão atrativas.

Quando Bauman (2005) diz que “as ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”, ele nos lembra a questão da construção de identidades mediante trabalhos midiáticos, de natureza discursiva, operados pela imprensa em suas enunciações diante de acontecimentos marcantes envolvendo sujeitos sociais de uma dada sociedade. A imprensa, nesta situação colocada, abastece a memória coletiva de um “mar” de possibilidades identitárias que se pode atribuir à imagem de um sujeito social. Essas possibilidades lançadas pelos meios de comunicação pelo intenso processo de repetição pode proporcionar a cristalização dessas múltiplas perspectivas identitárias na memória coletiva. As escolhas identitárias operadas pelo próprio indivíduo passam a não ser bem recepcionadas por entrarem em contradição com as “verdades”

identitárias fabricadas pela posição de um veículo de comunicação que construa seus sentidos no seio de outras formações discursivas.

Para boa parte do público brasileiro, o PT, enquanto partido do Governo, ocupa essa posição de deslocamento perante o jogo de poder político no Brasil. Sendo um partido tradicionalmente de esquerda que sempre militou tendo como bandeira o discurso em favor das minorias sociais e da moralidade pública, passou a ocupar um posto em que a filiação a outros discursos oriundos de outras formações discursivas se faz necessária. A marca dessas contradições é o que fundamenta a imagem do PT na chamada grande mídia. O PT comporta-se como um sujeito deslocado em grave crise de identidade. O envolvimento de seu nome com práticas que sempre combateu mostra esse seu aspecto líquido de identidade.

Hall (2001, p. 7) sintetiza o estatuto da identidade na pós-modernidade de maneira objetiva. Sobre isso ele diz que

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista por parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Percebe-se que a questão da identidade está colocada de maneira simétrica com o estatuto do sujeito na sociedade pós-moderna. A concepção de sujeito gestada dos efeitos diretos da globalização demonstra sintomas de um mundo que tem suas formas de comunidade em processo de unificação. O resultado deste evento político, econômico e social fez o sujeito perder suas evidências ilusórias de identificação às ideias de nação, estética, ideologia, religião e de cultura. Os antigos contextos histórico-culturais que protegiam uma ancoragem identitária de natureza fixa sofreram transformações na dinâmica de reações que os mantinham. A maioria dos conceitos e instituições que engendrava essas estruturas sociais de outrora também foi alvo de deslocamentos. O partícipe para o qual convergiam todas essas forças de poder e dominação, o indivíduo, não ficou isolado, também recebeu alterações.

A crise de identidade por que passa o sujeito pós-moderno ataca principalmente seus modelos referenciais. As estruturas institucionais oficiais não oferecem apoio necessário, ao sujeito, para locupletar esta demanda porque se encontram em processo de adequação ao novo cenário que se coloca mediante os efeitos da mundialização social, econômica e cultural; nem

a instância fluida da memória coletiva garante uma ancoragem segura para este indivíduo, porque esta também está sendo afetada pela velocidade dos processos de construção de evidências, das reformulações operadas pelo jogo das relações de poder e das atualizações fruto dos acontecimentos históricos.

Mediante esses aspectos da modernidade tardia, as identidades têm se configurado de forma fragmentada, perpassada por múltiplos aspectos que as fazem existir em um mundo igualmente pulverizado por condicionantes históricos, econômicos e culturais dispersos sem identificações perenes. A crise de identificação do homem pós-moderno possui identidade com a ideia de sujeito elaborado pela análise do discurso francesa, sujeito de natureza social. Apresenta-se um homem que frequenta muitos discursos e tece sentidos em formações discursivas diversas, dependendo de seu posicionamento no jogo das condições de produção discursiva.

Hall (2001) ainda aponta que tais deslocamentos operados na figura do sujeito contemporâneo ocorrem de forma dupla: ele é descentrado no âmbito do mundo social assim como em aspectos que compõem a sua subjetividade. Duplamente deslocado, o sujeito pós-moderno está em busca de um caminho de identificação, assimilando os efeitos de evidências que se encontram em produção incessante pelos operadores da sociedade do espetáculo¹² e/ou da sociedade midiaticizada.

Hall (2001) destaca três concepções de identidade. Ele designou a primeira de sujeito do iluminismo. O sujeito, nesta concepção, caracterizou-se por ser, de nascimento, um indivíduo centrado, racional e dono de uma consciência inabalável. Nesta concepção, a essência da identidade era concentrada no eu. Essa atomização identitária expressava um sujeito produto de um fechamento social, uma fixidez das instituições que o cercavam e o determinavam e que permitiam a manutenção desta razão suprema. A ideia do sujeito do iluminismo apresenta um homem senhor de suas convicções. Mantinha de maneira fixa as mesmas noções de nação, família, ideologia, sexologia, entre outras. Essa identidade unificada, segundo o autor, representava uma ilusão porque a partir do momento que as evidências sociais, as representações identitárias disponíveis entrassem em rota de transformações e se multiplicassem essa plenitude racional que atravessava a vida e chegava à morte também entraria em crise. Isso se a ancoragem social não permitir.

A concepção de identidade sociológica comprova essa crise do sujeito autossuficiente

¹² Termo cunhado e trabalhado por Guy Debord em seu livro *A sociedade do espetáculo*. Segundo o autor, essa sociedade é caracterizada pela espetacularização da sociedade. Ele entende “o espetáculo como o coração da realidade da sociedade real”. (DEBORD, 2005, p. 9)

quando percebe as modificações do seu exterior. Essa acepção mostra a relação de natureza interativa do sujeito com que o mediava e o ancorava suas convicções, significação e símbolos, ele encontrava no meio exterior alimento para manter as suas evidências sociais e representações. Há uma interação de troca entre o sujeito e a sociedade. Hall (2001) diz que “o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. Ou seja, o sujeito tem à sua disposição um grande número de identidades oferecidas pela sociedade. Essa relação fundada entre o chamado “eu real” e as representações, oferecidas pelo meio social, fazem parte do processo de construção da identidade individual. Podemos fazer uma aproximação dessa abordagem interacional sociológica, de fundamento interacional, com a ideia do dialogismo bakhtiniano, que na AD foi introduzida pelos trabalhos de Authier-Revuz.

A noção de fragmentação fundamenta a concepção pós-moderna de identidade. Diversas mudanças estruturais e institucionais fizeram com que as identidades que estavam disponíveis no meio social entrassem nessa movimentação de transformações. O tempo de estabelecimento dessas identidades torna-se fragmentado, provisório. As identidades entram em rota de contínuas alterações e o contexto histórico e social fluido não oferece mais condições para sua duração. O que rege agora a construção do efeito identitário é a ação do tempo, o aspecto histórico baliza os momentos em que se deve adotar um dado efeito de identificação. O indivíduo passa a se guiar pelo que é exigido, pelo que é propício e a sociedade oferece um rol variado de características que são tidas como importantes, mesmo sendo contraditórias. A angústia toma o sujeito que se sente desamparado quando identifica tais contradições. Sentir-se deslocado, excluído são características essenciais desse sujeito de identidade; sem ancoragem cultural, social e ideológica ele sofre para produzir esse sentimento de identidade. (HALL, 2001)

Woodward (2000) faz uma abordagem das questões referentes à identidade tendo como esteio de fundamento a ideia da diferença. Ela tece uma argumentação que destaca em muitas situações o efeito de identidade quando se tem como referente uma outra identidade. Sobre isso, comentando como exemplo uma situação da Guerra entre etnias da antiga Iugoslávia, que se esfacelou, ela diz que

Essa história mostra que a identidade é relacional. A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber de outra identidade (croácia), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se

distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um “não-croata”. A identidade é assim marcada pela diferença. (WOODWARD, 2000, p. 9)

O recurso à ideia da diferença como meio de manutenção de aspectos identitários de uma dada comunidade cultural leva em consideração a estratégia de se construir uma relação de paralelismo entre duas formas de ser e existir enquanto um conjunto social coeso que, em suas práticas cotidianas, consegue manter em comum ideias, ritualizações religiosas, costumes culinários e uma história. Essa identidade se constrói a partir do sublinhamento de características específicas que as fazem diferentes de outro conjunto social. A adoção dessa posição constitui a motivação para que essa comunidade cultural permaneça coesa. Os traços de identidade das etnias apresentados pela autora são marcados pelo produto de uma relação dialética que é regida pela ideia do que não é constitutivo para o outro. Dependendo da relação histórica mantida entre duas identidades, alguns traços identitários podem sobressair e serem considerados mais importantes que outros, levando em consideração o momento e o lugar.

Woodward (2000) diz que a ideia de identidade é marcada por meios simbólicos e sociais. Para a manutenção da identidade, os aspectos de natureza material e social possuem funcionamentos fundamentados na complementariedade. Em sociedade, construímos representações de nossos costumes e práticas sociais. Aqueles que fogem ou não consomem os produtos da simbologia de uma dada cultura sofrerão punições por se distanciarem das características que compõem a identidade do *locus* onde se encontram inseridos. Estes serão expostos às consequências geradas pelos sentimentos de exclusão que pode ser de natureza inconsciente, mediante a ilusão de evidência dos aspectos identitários.

Silva (2000) sobre a produção social da identidade e da diferença, destaca que estes conceitos devem ser vistos sob os argumentos de suas determinações mútuas. As ideias de identidade e de diferença não podem ser discutidas de maneira distinta. Segundo ele, elas são “inseparáveis”. Uma existe pela existência da outra. Quando se diz que “eu sou nordestino”, eu emito uma aceção identitária, eu defino, por meio da estrutura linguística, “quem eu sou”. Trata-se um posicionamento potencialmente subjetivo, mas essa tomada de posição só ocorre porque estou tomando por referência “quem eu não sou”. A noção de diferença, como se percebe, participa de forma fundamental da construção de minha identidade. Ou seja, uma não pode, racionalmente, existir sem tecermos referência à outra. A determinação fundamenta a inseparabilidade.

Silva (2000) aborda também a relação intrínseca que existe entre as ideias de

identidade-diferença e os atos de criação linguística. Sobre isso, ele afirma que

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são resultado de atos de criação linguística. Dizer que são resultados de atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que simplesmente estejam aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 76)

As noções de diferença e identidade são produtos de uma tomada de decisão de natureza convencional. Essas ideias são fruto do meio social, das relações de poderes e também saberes em que estamos inseridos. O meu sentimento de identidade é uma posição subjetiva que leva em consideração as relações que me cercam, criamos identidade tomando como referência, mesmo que de forma inconsciente, o jogo de poder que imponho e do qual também sou vítima. Na sociedade pós-moderna, com diversas estéticas de existência as quais podemos adotar como via de representação identitária, a depender do que ilusoriamente me identifico. A produção de identidade, tendo a ideia de interdependência entre “o que eu seja” e “o que o outro é” como fundamento, coloca-nos na posição de produtor de exclusão. No processo de fabricação do “eu”, marco, mediante os atos de linguagem, tudo o que nego. Quando digo que sou negro, assumo participação no jogo de negação étnica-racial, mesmo que este não seja o meu desejo e objetivo.

Silva (2000) diz que a afirmação de uma identidade nos leva a marcar uma diferença. E como recebemos influência do jogo das relações de poderes da sociedade em que estamos inseridos, assumimos um lugar de disputa. Digladiamos com o diferente a partir das leituras do que não foi dito. Entra em jogo a ideia dos grupos sociais e os desejos que estes têm que muitas vezes são diferentes do meu. Destacam-se a partir daí outros processos de diferenciação igualmente submetidos à presença do poder. Tais processos são representados pelas ideias de classificação, marcação de fronteiras e de normalização.

Vimos, neste capítulo, a relação intrínseca que existe entre as noções de discurso, memória e identidade. Percebemos que o universo de circulação discursiva compreende quase que inseparável a noção de memória e esta tece direta ligação com os processos de construção de identidades. O estudo do processo da produção de identidade de um sujeito social e político, operado pela mídia, necessita constituir essa interlocução conceitual. A nossa tarefa

analítica sobre enunciados de natureza discursiva exige um conhecimento mais aprofundado dos fatos de memória que nos possibilitam destacar sentidos possíveis sobre os deslocamentos constitutivos do sujeito da pós-modernidade.

CAPÍTULO 3

A MÍDIA E O DISCURSO POLÍTICO

“O poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber.”¹³

Michel Foucault

¹³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979, p 19.

3.1 Mídia, discurso e sujeito político

O íntimo relacionamento entre a mídia e o universo político na sociedade pós-moderna configura-se como um enlace indissociável. Essa relação é fruto de acontecimentos históricos que fundaram a lógica social, política e econômica, hoje posta em prática, e representa um traço dos deslocamentos que a dinâmica da política sofreu a partir da intervenção da globalização que produziu efeitos no *modus operandi* do sujeito político contemporâneo, operando modificações na fala, gestos, corpo e expressões, assim como na constituição do arquétipo identitário do político.

Pensar política, hoje, sem a imediata associação memorial à mídia, especificamente, aos posicionamentos tomados pelos veículos de comunicação dentro da formação discursiva da política nacional brasileira, é um exercício quase impossível. Nesse início de século, a imprensa, de maneira geral, tem desempenhado um papel de extrema relevância dentro do cotidiano da prática política de quase todas as culturas, principalmente, aquelas que se encontram em processo de mediação.

O imaginário social, a memória coletiva e o senso comum apresenta a mídia como uma das instituições sociais que mais influência tem e poder de mover suas fronteiras, de alimentar seus processos de mudança ou esquecimento, isso mediante seus efeitos de sentidos produzidos. A mídia tem aparecido, na cena política, como um terceiro personagem que se posiciona entre o político e seu interlocutor imediato, seu público eleitor. A dinâmica das “relações de poderes e saberes”, verificadas no diálogo entre meios de comunicação e política, dita a composição identitária do sujeito político, assim como consegue determinar o ritmo, cores e discursos que configuram o cenário da política. Esse tal processo de mediação político-cultural, na pós-modernidade, obrigou o universo político a se adequar aos desígnios impostos pela “verdade de uma época”¹⁴. Sobre esses fatos, Rubim (2000, p. 46) destaca que “os enlaces entre política e comunicação, simultaneamente complementares e conflituosos, ao se (re)adequarem à nova circunstância de ambiente configurada pela mídia, possibilitam a emergência de novas configurações da política”.

O discurso político, segundo Courtine (1985), foi alvo de uma reviravolta no tocante à sua natureza. O advento de importantes acontecimentos no contexto social, econômico e histórico operou abruptos deslocamentos. O discurso político antes destes eventos era

¹⁴ FOUCAULT, Michel. Os anormais. Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982) Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

associado à ideia de ser produto de uma “língua de madeira”, era entendido como um conjunto de enunciados repetitivos e saturados, um verdadeiro discurso em estado sólido. O sujeito político constituía-se em um enunciador sem traços identitários subjetivo, uma “figura sem rosto”. Tal sujeito representava, simplesmente, uma voz que ecoava a verdade imutável que fundamentava a ideologia de um determinado partido político.

Courtine (2008, p. 14), comentando esse deslize/atualização sobre a nova natureza do discurso político, afirma

Parece-me, portanto, que a fala pública foi progressivamente incorporada pelo irresistível apetite do crescimento do mercado e da ideologia que subjaz o consumismo. É um dos efeitos do que se nomeia por “globalização”, ou seja, o efeito de acelerar, em escala planetária, a anexação de setores inteiros da esfera cultural, reapresentando-os como produtos de consumo. É assim que o cidadão se apaga sob o consumidor, que o discurso político tende a se tornar uma mercadoria como outra qualquer e que seu enunciador não seja nada mais do que um simples detentor de um “capital de celebridade” ou de “aprovação”, no grande mercado da bolsa de valores políticos.

O autor, quando aborda esse atual momento da fala pública, remete o fundamento de sua constatação à ideia da “modernidade líquida¹⁵” do sociólogo Zygmunt Bauman. A liquidez das práticas ordinárias do cotidiano da pós-modernidade aponta um tempo de duração que rege a dinâmica social do indivíduo, assim como a lógica de duração dos conceitos e práticas de nossas instituições.

Assim, a leitura dos enunciados do discurso político da formação discursiva de antes das consequências do processo de globalização hoje se diferencia da ideia analítica pertencente à política do presente. O atual discurso político está submetido à lógica do descartável, tece compromisso com os objetivos imediatos. A memória política permanece, assim, em um constante processo de atualização. O discurso político, associado ao processo de construção discursiva pela mídia, traduz-se em uma mercadoria, em um produto, que como qualquer outro, segue a lógica do mercado, precisando atender às necessidades voláteis de seu público consumidor. Necessidades estas, também, construídas e modificadas pelo trabalho de mediação e produção discursiva da mídia.

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Trad. Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Para nos ajudar na discussão sobre o discurso político na pós-modernidade, lançamos mão também do artigo “A imagem de si como político”. No trecho expresso abaixo, Courtine sublinha a ideia da **imagem de si**:

A imagem de si é constituída pela linguagem que os políticos aprendem laboriosamente a falar. Os mais velhos a balbuciam com um emprego meio desconcertado, o zelo emprestado que caracteriza as aprendizagens tardias de uma língua estrangeira. Os mais jovens a articulam com a maestria inata da qual são somente capazes os locutores de uma língua materna. Uma pedagogia de apoio surge febrilmente, vindo de ajuda dos mais desfavorecidos. É a grande mutação do *homo politicus*: o corpo político, tão longamente mudo, repentinamente começa a falar. (COURTINE; HAROCHE, 1985)

Este conceito aborda a questão da necessidade imposta pelo processo de metamorfose por que passa o sujeito político na contemporaneidade. De acordo com os teóricos, o político da pós-modernidade deve falar uma linguagem simples e fluida, e essa destreza na comunicação deve ser prolongada por todo o corpo. As expressões e gestos, comportamento, reações espontâneas e os dados subjetivos do sujeito, segundo Courtine, são aspectos constitutivos da fala do político.

Esse caminho de entendimento nos leva a uma possibilidade de interpretação em relação às mudanças operadas no espaço da política nas suas mais importantes instâncias. Tal fato aponta um aspecto sintomático na política fruto da irrupção de episódios, acontecimentos que determinaram a lógica de transformações e permanências em torno do campo discursivo político.

Assim, podemos destacar que as imagens sobre o modo de se pensar política fixadas no imaginário social político estão também em processo de modificação. Courtine aponta, com esse conceito, para um aspecto de transformação da memória coletiva, destaca que a associação de imagens que compõem a identificação de um político dentro de um determinado jogo de relações de poder, em dada sociedade, necessita da evidência de novas características particulares para que tal identidade consiga funcionar dentro deste campo de relações. A ideia de um efeito de verdade necessário para que um perfil político coadune com o permitido pela “verdade da época” só terá condições de existir se tal acepção de político se alinhe com o aspecto de afrouxamento da linguagem do político ressignificado que traz uma imagem verbal outra e a corporal ajustadamente diversificada, a fluidez é a palavra conclusiva.

Compreende-se, assim, o motivo de a imagem significar, para a representação da política construída pela mídia, um dos meios materiais mais explorados. Essa face do discurso

político midiaticizado, espetacularizado encontra nos enunciados imagéticos os átomos de discurso que diz claramente sobre os movimentos da formação discursiva da política. Essa noção amplia as opções de práticas analíticas dentro das abordagens semióticas da AD francesa e configura-se como um das fundamentações de análise que adotamos no estudo de nosso corpus analítico.

O ponto central de nossa abordagem analítica é justamente sublinharmos as possibilidades de enfoques e direções que o olhar sobre a política pode alcançar.

Passetti (2008, p. 177), pensando sobre essa relação do discurso político com a prática do jornalismo, diz que

Além do silenciamentos, quando não de fatos, de detalhes, de personagens, etc., o poder da mídia e mais especificamente do discurso jornalístico pode ser sentido em outros processos como o de agendamento ou não dos fatos, o de enquadramento dado a eles de forma positiva ou negativa e o de espetacularização dos acontecimentos visando à captação do público alvo.

A autora, aqui, destaca a questão da influência que a mídia exerce em relação a formação de opinião de seu público consumidor, que representa também o interlocutor direto dos sujeitos sociais políticos. O poder de sublinhar uma personagem política em detrimento de outras dá às empresas de mediação uma posição estratégica dentro do jogo que rege o processo de formação de imagens públicas.

O enquadramento utilizado por algum sujeito midiático na prática de comunicação de algum acontecimento de repercussão política e social, potencialmente, pode provocar a emergência de uma nova configuração da cena política em questão, interferindo, de maneira determinante, na lógica das relações políticas, assim como nos aspectos identitários de algum personagem político que tenha sido diretamente ou eventualmente envolvido.

Foucault (1979, p. 19) nos diz que “o poder é produtor de individualidade, o indivíduo é uma produção do poder e do saber”. A relação entre mídia e o discurso político, ambos atravessados pelo econômico, constitui um produtivo exemplo das relações de poderes que ensinam ações protagonistas das duas partes, assim como os saberes aí produzidos reconfiguram, constantemente, os conceitos de política e de políticos sempre com a necessidade de instaurar o poder/saber.

Para Foucault (2008), as coisas não preexistem às práticas discursivas. Estas constituem/determinam os objetos. É acompanhando as transformações históricas do fazer e do dizer que se entende sua teoria do discurso. Os saberes, assim, são formados a partir das práticas discursivas. Essa posição sintetiza bem o caminho analítico aqui escolhido para conseguirmos nossos objetivos.

Para pensar esse trabalho discursivo da mídia sobre a política, podemos lembrar da noção de sujeito de Foucault, que entende tal conceito como produto de uma construção histórica, característica de dispersão e descontinuidade. O entendimento de um processo de contínua construção caracteriza de maneira fundante o sujeito foucaultiano (FOUCAULT, 2004).

Faz-se relevante abordarmos, aqui, a ideia da ordem discursiva foucaultiana e da ordem do olhar, perspectiva esta sublinhada por Jean-Jacques Courtine quando este destaca a função da imagem na sociedade pós-moderna. Courtine (2006a) entende a imagem como um leque de possibilidade de se olhar, construir interpretações em torno de um determinado fato capturado em imagem, oferecendo fios de discursos que suscitem memórias atuais e também as fossilizadas. A ordem do discurso político é caracterizada pelos cerceamentos e controles das lógicas estruturantes das instâncias de poder. O ditame naturalizante da época libera práticas e opera, de maneira direta ou indiretamente, seus respectivos interditos (COURTINE, 2006b). É o caso das empresas midiáticas que, também, seguem uma ordem para apresentar os políticos, se revestem de prestadoras de serviço.

Podemos, assim, pensar que o discurso político posto em contínua circulação pelas empresas midiáticas também passa pelo crivo de ordenação de leitura que a mídia, enquanto dispositivo de controle, oferece ao seu público leitor.

Analisando um traço desse evento na política brasileira, Santos (2012)¹⁶ debruçou-se sobre o espetáculo político e a docilização do corpo do ex-presidente Lula durante as eleições presidenciais de 2002. Tal trabalho dissertativo dedicou-se à pesquisa do processo de fragmentação identitária do referido personagem político. O estudo aponta um cotejamento dos aspectos identitários do candidato à Presidência da República, nas campanhas anteriores a 2002 (1989, 1994 e 1998), mantendo um determinado perfil e a nova roupagem adotada para a campanha vencedora. Segundo o trabalho, a nova concepção do político o aproximou a um perfil e traços identitários que o fez uma alternativa hegemônica, concernente com a verdade da época, tornou-o uma alternativa possível a um candidato viável para chegar à presidência.

Santos (2012) produziu uma fonte de pesquisa importante para quem analisa o trabalho e comportamento discursivo da lógica política brasileira mediante a construção midiática e publicitária de um personagem político advindo de duras e rígidas imagens

¹⁶ O artigo “O sapo barbudo e o Lulinha paz e amor”, aqui mencionado, é fruto do trabalho dissertativo de SANTOS, E. M. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002.** 2009. 167f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

cristalizadas na memória social brasileira de um então partidário da esquerda radical. Metaforizando as imagens do “Sapo Barbudo” e do “Lulinha Paz e Amor”, a autora realiza um gesto de leitura em torno das estratégias utilizadas pelos publicitários da campanha para direcionar a adequação do perfil identitário do candidato. Os efeitos de sentido e as contradições discursivizadas pela imprensa foram interpretados e embasaram a explicação para a fragmentação identitária do presente sujeito político pós-moderno. Segundo Santos (2012, p. 158)

Os efeitos de sentido regulares produzidos pela mídia para a construção identitária do candidato se baseia em uma descaracterização da formação discursiva da esquerda que marcava a identidade de Lula como representante das classes populares – o “Sapo Barbudo”, favorecendo o surgimento de uma nova identidade: o “Lulinha Paz e Amor” – um candidato que defendia agora ideais de cunho capitalista, a fim de conquistar uma vitória no pleito em sua quarta disputa pela presidência do Brasil.

O discurso midiático, aqui, põe em pauta a construção do efeito de verdade de uma *persona* política docilizada/disciplinada/domesticada e potencialmente apta a seguir um projeto político e de governo de natureza ideológica distinta da então posição política ocupada pelo “Sapo Barbudo”; o “Lulinha Paz e Amor” pontuou a possibilidade de edificação de pontes políticas e orquestrou linhas de argumentos de planos de governo, práticas que permitiram a aproximação da proposta de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com a cartilha neoliberal.

Esse processo de disciplinamento foi acompanhado pelo trabalho de docilização do corpo do então candidato. As orientações do publicitário responsável pela campanha, Duda Mendonça, operam modificações no corpo e nos gestos do político; o pretense candidato passou, assim, a não mais apenas dirigir-se ao eleitorado popular, seu discurso verbal, corporal e gestual foi direcionado a atender e a representar enquanto líder popular e como uma voz discursiva que coaduna, também, com as pretensões da chamada elite, detentora dos meios de produção (SANTOS, 2012).

Piovezani (2009), pesquisando sobre a fala pública, constrói um estudo que também versa sobre o discurso político brasileiro observado a partir da mediação televisiva em torno da campanha presidencial do ano de 2002. Observa-se a análise do verbo, do corpo e da voz enquanto enunciados produtores de verdades no espaço discursivo da política brasileira.

O referido teórico tece uma sólida abordagem sobre a trajetória da fala pública, desde as transformações da fala pública operadas durante a Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, Idade Moderna. Fez, assim, uma detida análise de cunho genealógico de cada

período supracitado, levando em consideração os principais acontecimentos históricos, econômicos e sociais que marcaram esses estágios da sociedade mundial, até chegar às análises das transformações da fala pública aqui no Brasil. Sobre o discurso político, ele assinala que

O locutor político, mesmo enunciando em primeira pessoa do singular, legitima sua fala por meio da referência latente a um “nós” que a possibilita, permite e perpassa inteiramente. (...) Se a voz de um locutor político deve ser a síntese de um coro que fala através dela, sua escuta deve sempre ser composta por muitos ouvidos. O representante de um grupo produz o grupo por ele representado, tornando-o ora um “nós” ao que ele pertence, mas no qual ele não se encerra, ora um “vocês” ao qual ele transcende. O discurso político não fala a indivíduos, mas aos “brasileiros e brasileiras”, aos “parceiros do campo”, aos “companheiros trabalhadores”, aos “cidadãos de nosso município”, aos “desempregados” etc. (PIOVEZANI, 2009, p. 137)

É importante destacar, nessa discussão sobre o entrecruzamento da mídia com o discurso político, que é justamente nesse aspecto da fala pública que o discurso político se distingue de outros lugares de enunciação que se põem a falar ao público. A situação singular de um discurso que possui como interlocutor um tecido plural e ao mesmo tempo ocupando posições em diferentes e determinados lugares sociais nos possibilita perceber, de maneira mais clara, a complexidade da relação dos meios de comunicação com a abordagem de fatos do universo da política. As enunciações de Veja, por exemplo, de forma direta ou indireta, interferem na constituição e relação do “nós”, mencionado pelo teórico.

O comportamento dos meios de comunicação para com a mediação das práticas políticas representa elemento constitutivo do processo discursivo que articula temas, conceitos, objetos e relações que compõem a perspectiva arqueológica e genealógica da prática política na pós-modernidade. A dinâmica pelo poder continua como objetivo primeiro. A dita modernidade tardia oferece à lógica política a quebra de identidades fossilizadas. As camadas que separam traços característicos de conceitos ideológicos se dissiparam, existe um espaço híbrido que dificulta a determinação, por exemplo, do que seja um perfil de esquerda ou de direita, conceitos que estão em constantes deslocamentos. O que se percebe é a heterogeneidade constitutiva que funda o sujeito e o discurso.

3.2 O discurso jornalístico e a mídia escrita no Brasil

O discurso jornalístico situa-se em um espaço de mediações de naturezas

diversificadas, essa multifatorialidade que caracteriza os veículos de comunicação é fruto de muitos aspectos: a finalidade de cada gênero jornalístico, o público destinatário, o momento do mercado editorial, a posição social, política, identitária e ideológica assumida por tal publicação. O fazer jornalístico configura-se como uma construção cotidiana de um produto, a informação. A necessidade humana de comunicar-se, trocar dados e experiências representa a prática diária dos meios de comunicação. O discurso jornalístico possui essa gama de aspectos que o faz ter uma linguagem heterogênea, um discurso constantemente atravessado por outros.

Charaudeau (2013, p.33), sobre o ato de comunicação estabelece alguns questionamentos em relação a esse processo

Quem é o benfeitor e quais são os motivos de seu ato de informação? Qual é a natureza do saber a ser transmitido e de onde ele vem? Quem é esse outro para quem essa informação é transmitida e que relação mantém com o sujeito informador? Enfim, qual é o resultado pragmático, psicológico, social desse ato e qual é seu efeito individual e social?

Esses questionamentos sintetizam a prática da mediação. A comunicação jornalística sinaliza um processo de interlocução que leva em consideração muitos fatores que influenciam na consecução do produto final que é a informação. O capital informativo de uma empresa adquire personalidade, credibilidade e perfil identitário concernentes com sua posição dentro do jogo de poder estabelecido entre o mercado editorial, as relações políticas e empresariais. Será que o sistema comercial que dá sustentação a um conglomerado comunicacional, como o Grupo Abril, por exemplo, deve ser levado em conta no momento da constituição das coberturas jornalísticas, nas escolhas das pautas, nos silenciamentos. Ou denúncias de fatos e acontecimentos que apresentam importância para o cotidiano social, político, econômico, do entretenimento, das verdades científicas ou das narrativas e atos da história? Podemos ainda investigar quem é esse “outro”, o interlocutor direto desta mídia? Ele participa em via indireta do processo de construção da informação e da forma como ela é veiculada? A busca de respostas a essas questões nos faz remeter ao aspecto heterogêneo do discurso jornalístico, e a abordagem destas questões fundamenta uma possibilidade de análise e percepção do funcionamento complexo da comunicação social.

Charaudeau (2013), quando aborda a prática do comentário do acontecimento nas mídias, pontua duas acepções primordiais na efetivação da dinâmica da comunicação de um determinado fato. Segundo o mesmo, a atividade de transmissão de um acontecimento possui a ação, em um só batimento, de aspectos essenciais de relato e de comentário.

Nesta configuração, o relato apresenta uma perspectiva de mundo fundamentada pela noção da constatação, ocorre a descrição de uma essência posta. O sentido adquirido do encadeamento proposto dos fatos dependerá dos personagens que participam dessa interação. O contado com o produto comunicado pode surtir identificações ou resistência. O relato está posto, as reações são da ordem da experiência de cada um. Representa, assim, uma projeção lançada ao mundo, sujeita a possibilidades de recepções. Já o chamado “comentário argumentado”, possui natureza explicativa. Não se trata de projetar-se apenas, o comentário requer posicionamento, avaliação, uma atitude crítica perante o contado. “Não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, ou o que é ou o que se produz, o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente” (CHARAUDEAU, 2013 p. 176)

Charaudeau (2013, p. 177) diz que

Levando-se em conta as restrições situacionais da comunicação midiática quanto à sua finalidade, a oposição descrição dos fatos/ comentário dos fatos se resolve numa complementaridade: a visada informativa de fazer saber engloba, ao mesmo tempo, a existência dos fatos e sua função de ser. Não é possível informar se não se pode, ao mesmo tempo, dar garantias sobre a veracidade das informações transmitidas, logo, fazer saber implica, necessariamente, um “explicar”: o comentário jornalístico é uma atividade estreitamente ligada à descrição do acontecimento para produzir um “acontecimento comentado” (AC).

Assim, o ato de comentar o acontecimento nas mídias permite a observação das práticas do relato e do comentário, aspecto esse que nos faz pensar na natureza do fazer jornalístico e retomar a questionamentos parecidos dos já expressos aqui: o que comentar? Que atitude deve-se tomar diante dos acontecimentos. Não há uma forma cabal de se “fazer saber” sem o uso da articulação das atitudes de se relatar e comentar. A prática jornalística cotidianamente se aproxima desse dilema. Até onde conseguimos unicamente projetar um acontecimento a um determinado espaço leitor/receptor sem deixar transparecer traços de nosso julgamento crítico? Indícios de natureza subjetiva e frutos de nossas atitudes inconscientes aparecem inscritos nas estruturas da reportagem, transmissão dos fatos e acontecimentos.

A comunicação midiática tem como pressuposto a questão da veracidade/credibilidade, existe princípios éticos acordados entre o sujeito comunicador e o seu público leitor. O exercício da mediação exige a responsabilidade com a verdade aparente do dado contado. O produto jornalístico possui em sua constituição as marcas das condições do acontecimento, assim como as relações destas com a posição social ocupada pela jornalista

e pela empresa que representa. A produção do acontecimento comentado solicita uma argumentação que o torne verossímil, a escolha desta proposta argumentativa é que assina a singularidade da informação comunicada. Deste fato, percebe-se a possibilidade de análises sobre as produções midiáticas de uma dada sociedade ou temporalidade.

Hernandes (2012), sobre a relação entre os personagens que interagem na comunicação jornalística, diz que não se trata de uma simples transmissão de saberes representa um ato de persuasão direcionado a um público. Produtora de intersubjetividades, a ação jornalística mobiliza mecanismos que garantem a manipulação. Para conseguir esse domínio persuasivo é necessário que exista um partilhamento de valores e ideologias entre uma empresa jornalística e o seu público leitor. Segundo o autor, o público leitor assíduo/assinante de uma produção jornalística tece uma posição de coautoria. Neste circuito dialógico, o construtor da informação utiliza as características do seu interlocutor alvo. Para que público tal publicação direciona a sua mensagem final? A resposta a esse questionamento constitui, assim, um dos dados mais importantes para a manutenção de um sistema editorial.

Hernandes (2012) destaca ainda alguns princípios que dão fundamento a um “contrato jornal-público”. Este acordo pressuposto sela essa relação entre jornal (empresa midiática) e seu público consumidor. Essas cláusulas implícitas possuem ligações com as expectativas estabelecidas entre as partes que participam do processo de comunicação. As cláusulas são as seguintes: “dizer a verdade”, “separar fatos de opiniões e interpretações”, “ser objetivo e imparcial nos relatos” e “mostrar a realidade”. Esses aspectos fundamentam a relação jornal-público, pois o não cumprimento de alguns ou a exploração exagerada de outros põe em risco o sentimento de fidelização de os partícipes de interlocução. A sintonia de expectativas que mantém a manipulação da edição e a solidificação do público leitor depende da manutenção dessas cláusulas ou da proporção de uso que cada empresa toma para si como elemento de identidade. O afastamento desse perfil de comportamento da empresa de comunicação gera transformações em seus aspectos característicos recorrentes que pode provocar alterações no público esperado para aquela edição. O publicador precisa executar performances que não ofereça incômodo ao seu público cativo, mas que também possibilite experimentar estratégias de manipulação de outros públicos. Esse trabalho nem sempre é perceptível pelo público.

Esse jogo de influência entre leitor e publicador nos faz pensar sobre as outras estratégias de persuasão utilizadas pelas comunicações jornalísticas. Falando sobre as mudanças ocorridas no mercado editorial no Brasil, especificamente, em relação ao chamado jornalismo impresso, Hernandez (2012), sublinha a queda vertiginosa de vendas de jornais a partir do ano de 1995. Entretanto, revistas de grande circulação como *Época*, *Isto É* e *Veja*

adotaram mudanças importantes em suas edições ao que se refere a temas e às configurações de seus projetos de diagramação, uma forma de aproximação com imprensa digital. Tal empreitada provocou reação no mercado editorial e levou a um crescimento em suas vendas. Temas mais leves, abordagem de interesse mais geral, quebrando o domínio de informações do universo econômico e político, segundo o autor a receita deu certo. Segundo Scalzo (2013), a revista *Veja* está há décadas no mercado e é mais lida no país. Lançada durante os “anos de chumbo” da Ditadura Militar brasileira e seguindo a configuração da revista *Times* (norte-americana). Hernandes (2012) aponta uma tiragem de 1.131.100 edições e um público de leitores estimado em 4,701 milhões. Este mesmo autor destaca que a *Veja* ocupa a posição de terceira publicação mais vendida no mundo.

A prática de um exercício de interpretação desta natureza será exposta no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

IMAGEM, DISPERSÃO, REGULARIDADE, OPACIDADE E IDENTIDADE

“[...] Um **enunciado** é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido pode esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma **memória**. [...]”¹⁷ (grifos nossos)

Michel Foucault

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Almedina, 2008, p. 31.

Para responder, hoje, quais são os aspectos que configuram uma identidade política na era da globalização e dos meios de comunicação, notadamente as revistas semanais, faz-se necessário apropriar-se dos elementos que caracterizam o mundo midiaticizado. E, neste âmbito, percebe-se a relação do verbal com a imagem como a linguagem que melhor expressa, traduz os jogos de sentidos e a circulação de discursos da sociedade do século XXI.

As imagens em estudo, que foram enunciadas sobre o sujeito social e político Lula, apresentam alguns aspectos em comum e os principais são representados pelo forte uso da instância memorial em suas várias acepções e a questão da relação estabelecida entre discurso e imagem, tomando esta enquanto elemento decisivo para a constituição do novo sujeito político da contemporaneidade.

Para começar a análise de nosso corpus, é fundamental destacarmos um dos questionamentos principais de Michel Foucault em seu livro *A arqueologia do saber* (2008, p. 31): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”. Complemento destacando outros questionamentos e direcionando-os para os enunciados que seguem. O que levou a revista *Veja* a publicar essas imagens, na configuração em que se apresentam, e não outras com outras sintaxes visuais?

As respostas a serem construídas para essa importante pergunta não podem ser pensadas sem a compreensão da noção de acontecimento discursivo. Fonseca-Silva (2007) diz que para entender esse conceito precisamos nos aproximar da ideia de atualidade, quando a historicidade propicia o singular, o processo de reformulação de um mesmo enunciado.

O acontecimento histórico em torno do qual se desenrolam os jogos discursivos de nossos enunciados é, como já mencionamos, o caso do Mensalão.

As categorias analíticas que serão aplicadas às imagens pertencem ao arcabouço teórico-metodológico da corrente pecheuxiana da análise do discurso, dialogando com os conceitos teóricos de Michel Foucault e com noções do, hoje, historiador cultural Jean Jacques Courtine. Adotamos uma abordagem dessas categorias, tecendo aproximações de conceitos dos estudiosos mencionados.

Usamos o entendimento foucaultiano de discurso como um conjunto de enunciados que vem da mesma formação discursiva, assim como Michel Pêcheux (2008) que entende discurso como entrecruzamento de estrutura (intradiscurso) e acontecimento. Assim como o conceito de enunciado construído por Michel Foucault (2008) que compreende uma ideia mais ampla de enunciado, no que se refere às materialidades a serem abordadas, pois ele não representa apenas aqueles enunciados, ditos verbais, linguísticos; o seu método arqueológico

transita do constructo verbal a linguagens não verbais, como a análise dos corpos e de natureza pictóricas. Assim, no decorrer de nossa análise, empregamos o termo enunciado para designar tanto os enunciados de natureza verbal ou imagética. Utilizamos assim as expressões: enunciados verbal/linguístico e enunciado imagético ou, simplesmente, enunciado.

Na aplicação da confluência dos métodos arqueológico e genealógico, fizemos a constituição de nosso *corpus*, observando os aspectos de regularidade, que configuram a noção de formação discursiva, ou seja, levando em consideração as ideias de tema, conceito, objeto e enunciações. O nosso arquivo de imagens é formado por edições da revista desde o início do referido escândalo de corrupção. Seleccionamos as imagens, os enunciados que se referiram, diretamente ou por efeitos interpretativos, ao ex-presidente Lula. Genealogicamente, analisamos as relações de poderes e saberes que envolvem a construção discursiva do sujeito político em questão, levando em consideração a posição do sujeito midiático Veja. Em seguida, trazemos a análise de um enunciado de Veja que dialoga com outro enunciado imagético relacionado. Mais adiante, dispomos a leitura analítica de séries enunciativas formadas apenas por enunciados imagéticos de Veja.

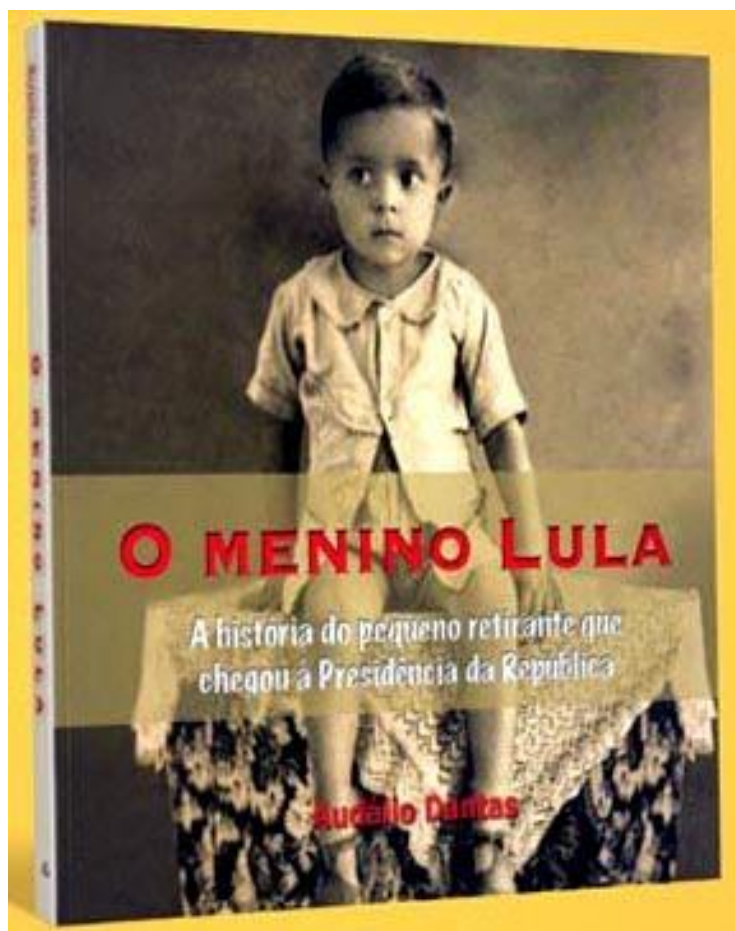
4.1 Relação Lula/ Joaquim Barbosa



Imagem 1- Edição 2290 de 10/10/2012¹⁸

¹⁸ Imagem disponível em

http://www.jornaldebrasil.com.br/site/movel/blogs_conteudo.php?blog=13&idpost=18129

Imagem 2¹⁹

Podemos observar em nosso arquivo de enunciados, desde o início do escândalo do mensalão que teve entre os principais envolvidos personagens de grande relevância dentro do Governo e do partido político do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o gesto de um grande trabalho de associação do nome e imagem do presidente, com o caso, a partir das publicações da revista Veja.

A imagem 2 não pertence ao nosso arquivo de imagens de Veja, mas seu aparecimento, aqui, se justifica pela relação de avizinhamiento discursivo, constituído por redes de filiações fundadas na descontinuidade e dispersão, que essas duas imagens apresentam. Partimos da ideia de Fernandes (2008, p. 67) que aponta que “face à historicidade própria à existência do enunciado, a produção de sentidos vincula-se à memória e reatualiza outros enunciados”. À imagem 1, façamos o questionamento foucaultiano, já mencionado

¹⁹ Imagem disponível em <http://falandoemmandandobraz1.blogspot.com.br/2010/04/o-livro-o-menino-lula.html>

aqui: por que não outro título para a capa da revista *Veja* da edição de 10 de outubro de 2012? A resposta é que o diálogo imagético, verbal e discursivo entre tal capa e a imagem de capa do livro escrito pelo jornalista Audálio Dantas, o qual teve sua primeira edição publicada em 2009, possibilita acesso a uma memória imagética, que se reapresenta fundamentada por uma atualização. A defesa dessa leitura encontra apoio nas condições de produção da capa-enunciado, leva-se aqui em consideração a posição recorrente da revista *Veja* contrária ao Governo do PT.

O caso do mensalão justificou uma autorização para que o sujeito midiático *Veja* pudesse oferecer ao seu público leitor uma perspectiva diferente sobre aspectos identitários da imagem social e política do ex-presidente. Tal imagem representa um traço de memória que se encontra e faz parte de uma memória social, do imaginário e do lugar comum onde se edificou o sujeito político, naquele momento presidente de um país, mas que construiu, lembrando palavras de Bourdieu (2012), um capital político fundamentado na extrema esquerda de base socialista, contra a corrupção em todas as suas acepções.

Essa identidade formada e discursivizada durante toda sua carreira sindical e política entra agora a partir da cobertura de *Veja* em um trabalho discursivo de deslocamento; abre-se a possibilidades de interpretações, leituras.

O título da reportagem que abre a edição, *O menino pobre que mudou o Brasil*, constitui um enunciado verbal que tece uma relação de natureza parafrástica com o título do livro, *O menino Lula: a história do pequeno retirante que chegou à Presidência da República*. Os dois títulos, no entanto, apresentam distinções e entrecruzamentos de natureza discursiva e política, materializados no intradiscurso.

Quanto ao uso dos dois títulos, chama-se atenção para a configuração de suas estruturas sintáticas. Fazendo um recorte analítico para o funcionamento do pronome relativo “que”, o qual aparece nos dois períodos em questão, observemos a caracterização dos sujeitos e as ideias atribuídas nas orações subordinadas adjetivas.

Na capa da *Veja*, temos a imagem, quando criança, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. A imagem dialoga com o enunciado verbal, o sujeito do período linguístico recebe da imagem uma quantidade outra de adjetivações. Além do adjetivo (adjunto adnominal) “pobre”, esse sujeito recebe um aparato discursivo proporcionado pela imagem. Amplia-se aí o significado desse personagem de uma criança humilde, sem mácula, que galgou uma posição social privilegiada. Da mesma forma, a imagem 2 traz uma fotografia do presidente Lula quando criança, imagem que, genericamente, apresenta semelhança com a outra, carrega outros discursos.

Os dois sujeitos recebem caracterizações semelhantes, são crianças pobres que trazem traços da memória discursiva, que têm outros significados sociais. Verifica-se que as construções adjetivas acionam pré-construídos disseminados socialmente. Há a exploração, aqui, do discurso racial e étnico. Duas crianças pobres que têm características que as filiam a um espaço de exclusão.

A distinção reside na especificação das orações adjetivas. O título de Veja traz “que mudou o Brasil” o do livro de Dantas “Que chegou à Presidência da República”. Estes enunciados marcam a ideia que ambos tiveram origem humilde, no entanto, essa relação destaca distinções entre as duas trajetórias. O ministro teria, assim, conseguido operar mudanças fundadas na ética. Já o Lula obteve uma posição de poder, mas, no entanto, não fez um governo de mudanças em sua prática de gestão, repetiu o comportamento corrupto de outros governos.

O trabalho discursivo com as memórias solicitadas sobre os dois sujeitos – representações sociais dos aspectos das histórias de cada um – oferece ao leitor a leitura desses dois enunciados como duas atitudes identitárias, éticas e políticas diferentes. Podemos observar o uso da estratégia da publicação de se produzir um paralelismo. Os efeitos de sentido que podemos destacar referem-se à construção de parâmetro de um sujeito social que se coloca em contraposição com a figura de Lula em relação ao caso do mensalão. A capa-enunciado nos oferece a possibilidade de “comprar” um lugar em um dos lados: entre o STF e o principal membro de um governo envolvido em um escândalo de corrupção. Os sinais de desconstrução da imagem de esquerda socialista estão marcados.

Joaquim Barbosa, para Veja, representa uma resposta ao espaço metafórico em que Lula aparece no cenário político brasileiro. Ele ocupa uma posição de emparelhamento/espelhamento com a imagem que o ex-presidente desempenha no imaginário social do Brasil. O jurista sinaliza, no discurso político/jurídico midiático, como possuidor de uma história e de atributos particulares de um sujeito social que se pauta como uma alternativa, também diferenciada, de um dirigente político que venha responder/locupletar uma demanda ética e política que um país como o nosso, de desigualdades discrepantes e consequentemente de necessidades sociais, precisa. A revista Veja funciona nesta situação como um órgão, ancorado nos princípios jornalísticos, que vigia e pune, aponta os desvios das diretrizes éticas deliberadas, difundidas e executadas pelo ministro “justiceiro”.

Essas imagens indicam um sujeito que representa uma contraposição da memória criada em torno do personagem político Lula. Tal atitude publicitária oferece uma desconfiguração e, ao mesmo tempo, uma reconfiguração da trajetória messiânica do político.

A lógica que rege as relações de poderes da política brasileira, constante em outros governos, como o do período Collor, tão criticado pelo então candidato de extrema esquerda (Lula), se faz, aqui, presente. Os embates ideológicos travados pelas forças tradicionais da esquerda de alma socialista e a direita de práticas neoliberais se fazem ressurgidos, tomando o espaço midiático como cenário. A contradição é o elemento que fundamenta a produção discursiva do sujeito Lula. A imagem construída da revista promove uma identidade de credibilidade, comprometida com a sociedade. A contradição petista é combustível para se exercer essa posição de redentora.

4.2 Série enunciativa: sombra

Na segunda parte de nossa análise, trazemos uma série enunciativa que foi constituída seguindo um critério de seleção fundamentado por uma regularidade discursiva. O aspecto de maior recorrência que identificamos foi a imagem da sombra. Durante o trabalho de escolha das capas, na condição de intradiscorso, verificamos a repetição do recurso do sombreamento em algumas edições. A participação da sombra, em todos os enunciados da série, oferece à construção/configuração da imagem um dado de memória que precisa ser recuperado pelo leitor. O recurso de ancoragem à memória discursiva da sombra utilizada no trabalho de constituição dos enunciados referentes ao caso do mensalão nos relaciona ao sentimento de incerteza e fortalece o efeito de descrédito para com a imagem social do governo do PT. Desta série participam também enunciados que se referem a outros acontecimentos, mas que participam do campo enunciativo em que está inserido o caso do mensalão enquanto acontecimento discursivo.

A análise desta série nos leva a pensar sobre a simbologia das cores e as representações que elas expressam em nossa sociedade. Encontra-se cristalizada no imaginário popular a relação que as cores apresentam. Seus significados são fruto das experiências coletivas de uma dada comunidade cultural. Cada sociedade estabelece seus jogos de associações de cores.

Nas práticas cotidianas das sociedades, as cores tendem, pelo processo de analogia, tecer relação direta com as ideias de gênero, estado de espírito, raça, ritos religiosos, esporte, ideologias políticas etc. Aprendemos desde a infância que a cor azul é a cor dos meninos, o rosa é a cor feminina. Dependendo do time que ganhe o jogo do domingo, podemos receber hostilidades na rua se sairmos com uma camisa de cor “inadequada” na segunda-feira. Se

vestirmos branco em dia de sexta-feira, mesmo sem saber, estaremos anunciando que somos da religião espírita, dentre outros; se alguém for visto trajando roupa de cor preta, na cultura ocidental, constitui sinal de que esteja de luto.

Todas essas situações que as cores nos possibilitam ler/interpretar em nosso cotidiano são possíveis pelo fato de as cores nos oferecerem indícios, pistas do conhecimento popular, elas possuem um sistema de codificação de natureza inconsciente, mas que funcionam na dinâmica social. Esta memória também é “alimentada” pelas artes plásticas, cênicas e, de maneira especial, as cinematográficas. O cinema, a TV e a imprensa são fontes importantes no processo de reafirmação e disseminação dessas evidências de natureza fluida que formam o sentido das cores. No entanto, estes sentidos estão sujeitos a deslocamentos, visto que tais evidências estão inseridas no contexto coletivo, que é o lugar de contínuas e incessantes transformações. A sombra representa, para a memória coletiva, diversos sentidos, dependendo da formação discursiva em que ela esteja inserida. A memória discursiva que a sombra nos evoca quando relacionada ao caso das publicações de Veja refere-se, nas edições que serão vistas, à ideia de medo, desconfiança, obscuridade.

Enquanto memória enunciativa, a sombra constitui-se em um discurso que significa e se repete em outros lugares e tempos. O aparecimento da sombra nos enunciados de Veja nos faz relacionar ao questionamento central do método arqueológico foucaultiano: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008, p. 30). Podemos perguntar ainda; quais são os efeitos de sentido específicos que emergem dessa regularidade em destaque? Como se atualiza no caso do mensalão, o discurso da sombra?

A sombra configura-se como um já-dito, um dado interdiscursivo que se encontra cristalizado na memória coletiva brasileira. A sombra, enquanto regularidade discursiva, “costura” as imagens, materializa a relação de avizinhamiento que elas mantêm entre si. Cada enunciado da série apresenta traços de identidade que dialogam.

A nossa série enunciativa é constituída por nove capas e imagens outras que tecem diálogos. Esses enunciados, em sua grande maioria, estão referenciados diretamente com desdobramentos do acontecimento que os fizeram surgir; e outras imagens destacadas apresentam uma natureza de associação, relação fundamentada pela regularidade da sombra e por aspectos políticos e ideológicos. Expressa essência da relação enunciativa que os congrega. Destacamos, abaixo, uma definição sobre a relação de enunciados, um entendimento que ratifica o nosso caminho de análise para com esta série.

Relações entre os enunciados (mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam); relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos (mesmo que esses grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos; mesmo que não tenham o mesmo nível formal; mesmo que não constitua lugar de trocas que podem ser determinadas); relações de enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política). Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações. (FOUCAULT, 2008, p. 32)

Levando-se em consideração essa relação entre enunciados, vemos que o assunto da reportagem não se relaciona diretamente com o caso do mensalão, mas o enunciado é evocado a participar desta série por apresentar vestígios discursivos que o ligam aos outros enunciados subsequentes. Segundo Foucault (2008), o trabalho de descrição dos acontecimentos discursivos não tem por objetivo a recuperação dos aspectos históricos particulares do acontecimento, pois esta busca figura-se como uma ilusão. Não se pode operar a descrição objetivando os significados de maneira isolada, fechada no âmbito próprio acontecimento. O que se pretende é a descrição, de maneira livre, dos jogos de relações que são inerentes a esse enunciado e ao seu campo enunciativo.

Vejamos a capa em destaque:

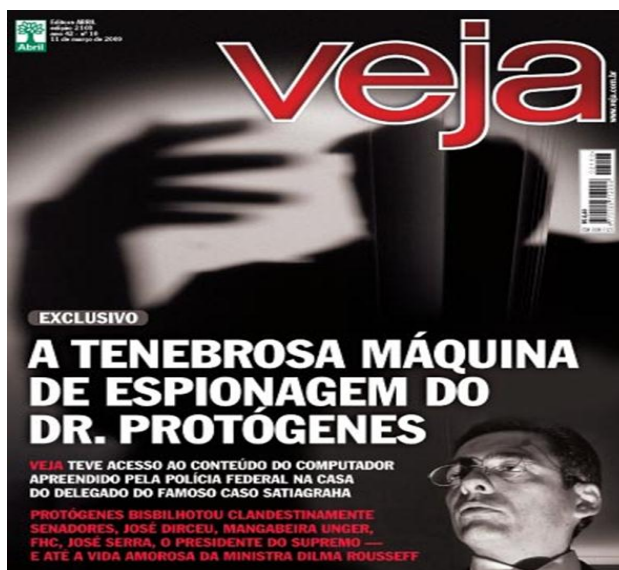


Imagem 3 - Edição 2103 de 11/03/ 2009²⁰

A imagem 3, a primeira de nossa série, foi produzida a partir do acontecimento histórico, de cunho jornalístico investigativo, refere-se a uma operação secreta organizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que investigava um escândalo envolvendo empresários e que foi utilizada como pano de fundo para justificar, oficialmente, a quebra de sigilo telefônico e demais mídias de políticos, juristas e ministros. A chamada operação Satiagraha, assim, funcionou, para o delegado da Polícia Federal, Protógenes Queiroz, como uma possibilidade de montar um esquema de espionagem clandestino que chegou a captar informações oficiais e pessoais do então presidente Lula, assim como dos seus ministros Dilma Rousseff e José Dirceu.²¹

Os indícios enunciativos que nos mobilizam a descrever/analisar referem-se à presença da sombra na configuração da capa. A sombra, processo gráfico/técnico manipulado pelos editores da revista e enquanto efeito de projeção da luz diante de algum objeto, oferece a percepção de um efeito de sentido direcionado à imagem do presidente Lula. A sombra, neste caso, em uma primeira leitura, também recupera os sentidos disponíveis na memória social e discursiva, já expressos aqui, de sugestão de medo, obscuridade. Neste caso, o contorno da sombra formada no pano de fundo da imagem imprime a projeção de um homem com o braço

²⁰ Imagem disponível em <http://thaleramendes.blogspot.com.br/2009/03/revista-veja.html>

²¹ Essas informações referentes ao caso da Operação Satiagraha e dos casos referentes aos outros enunciados tiveram como fonte a própria reportagem de Veja.

levantado. Estrutura imagética muito diferente do homem que potencialmente se presta a produzir tal sombreamento. A silhueta formada nos mostra uma mão em que não se visualiza o dedo polegar. A falta de um dedo constitui na memória coletiva brasileira um dos mais fortes traços identitários do presidente Lula.

A sombra, em uma segunda leitura, também marca o acionamento dos sentidos, de natureza interdiscursiva, representados pelas memórias atualizadas do sombreamento. A sombra materializa-se como uma imagem de Lula possuidora de alguns atributos negativos que esta coloração remete na sociedade. A imagem do presidente, desta forma, dialoga, tece relações enunciativas com um ser que frequenta a escuridão, posiciona-se em um lugar de um possível envolvimento com o caso. Aqui fica marcada a imagem da sombra relacionada ao presidente Lula como aspecto de identificação à uma memória de dúvida, obscuridade. Reafirma-se a ideia que o presidente “nunca” aparece nos escândalos, Sua imagem é obscura, outros participam, são protagonistas, mas Lula não.

Os enunciados verbais e imagéticos ainda nos oferecem o diálogo com aspectos históricos da Ditadura Militar. O cenário produzido na capa remete-nos ao de um interrogatório frequente durante o governo militar. A rememoração produzida com as práticas do DOPS reafirma a posição investigativa da revista. O jogo entre os termos “tenebrosa” e “espionagem” baliza esse caminho interpretativo.

A imagem 4, a segunda da série, faz uma remissão direta ao caso do mensalão. O enunciado verbal sinaliza a marcação com tal acontecimento. Nesta publicação, apresenta-se uma suposta tentativa do governo do PT em tentar “encobrir” o escândalo do mensalão que a capa diz em enunciado verbal se tratar do maior caso de corrupção da história. Segundo a revista, o partido do presidente estaria se utilizando da CPI que investigava crimes do contraventor Carlinhos Cachoeira.

Pêcheux (1999) nos diz que a memória discursiva seria acionada quando um texto em fase de emergência discursiva nos convoca os implícitos, nos faz recorrer aos pré-construídos para podermos operar o nosso processo de leitura. É justamente seguindo esse caminho que encontramos uma ferramenta argumentativa para assinalarmos também neste enunciado a presença da fumaça, do sombreamento. O argumento de desconfiança perante o governo do PT é novamente retomado. A regularidade de natureza memorial produz um jogo associativo que constrói ligação direta com o espectro de sombra remetendo ao dado identitário de Lula inscrito na imagem anterior.

A imagem tenebrosa acentuada pela marcação do superlativo relativo de superioridade “o maior”. A intensificação deste dado expressa uma posição tomada tendo como referência

todos os outros casos de corrupção “da história do Brasil”²². Esse enunciado verbal constrói relação de remissão com outro aspecto identitário do presidente Lula: as suas frases de efeito. A história política de Lula é marcada por frases famosas e de grande penetração popular, mesmo porque fazem parte do domínio de memória coletiva referente a Lula. Assim que assumiu o governo, o presidente enunciou outra frase: “nunca antes na História deste País”²³.



Imagem 4- Edição 2265 de 18/04/ 2012²⁴

Esta frase reverberou no país inteiro, sofrendo vários deslocamentos de sentido, frequentando muitas formações discursivas, chegando a ter livro publicado com este título²⁵. Esse intradiscurso, que recobre o efeito discursivo e memorial da sombra, tece contato direto com essa famosa enunciação do presidente. A fumaça sombreada e o enunciado deslocado de Lula nos apontam a trajetória da linha que “costura” os enunciados da série. As evocações propiciadas por essa cortina de fumaça destacam a questão da opacidade do dizer. Essa alegoria destaca a nebulosidade ética provocada pela chegada do PT ao poder, ela passa uma

²² Trecho de frase do presidente Lula que repercutiu nas mídias.

²³ Frase do presidente Lula que repercutiu nas mídias.

²⁴ Imagem disponível em <http://www.blogdodecio.com.br/2012/04/14/cpi-do-cachoeira-veja-reage-e-diz-que-pt-quer-criar-cortina-de-fumaca-sobre-mensalao/>

²⁵ O jornalista Marcelo Tas publicou o livro *Nunca antes da história deste país*. Neste livro, o também humorista coloca um tom de humor sarcástico nas frases mais famosas do Presidente Lula. TAS, Marcelo. **Nunca antes na história deste país: as frases mais engraçadas e polêmicas do presidente Lula**. São Paulo: Original, 2009.

mensagem objetiva do posicionamento da revista perante o caso, ainda em investigação, materializa a posição sujeito de Veja e sua proposta de envolvimento do presidente Lula no caso de corrupção. O enunciado verbal da capa nega as memórias históricas e sociais da corrupção que figura como uma das mais fortes características da prática política do país que teve início ainda na época de sua fundação. Percebemos ainda que o nome da revista aparece em transparência, imprimindo a imagem de que a publicação representa o olhar crítico e cristalino produtor de um ponto de vista que oferece verdades transparentes. O enunciado “mensalão” surge revestido com um aspecto discursivo que identifica o partido e os governos petistas. O vermelho corporifica/materializa a participação do PT, indicia um caminho investigativo que deve ser levado em consideração e repetido, posto em circulação, cravado na memória social.

Observe as imagens seguintes:



Imagem 5 – Edição 53 de 10/09/69²⁶

²⁶ Imagem retirada e editada da edição 53 de Veja, páginas 16-17. Esta imagem não faz parte de capa.



Imagem 6 - Edição 2280 de 01/08/12²⁷



Imagem 7 - Edição 2285 de 05/09/2012²⁸

²⁷ Imagem disponível em <http://www.desviometro.com.br/>

²⁸ Imagem disponível em <http://abobado.wordpress.com/2012/08/31/mensalo-a-capa-de-veja-desta-semana/>



Imagem 8 - Edição 2348 de 20/11/2013²⁹

Nas imagens 5, 6, 7 e 8, percebe-se uma relação de complementariedade. As sombras e a escuridão aparecem, nesses enunciados, de forma diferente, mas de maneira simétrica. As capas abordam tematicamente as acusações e condenações ordenadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A construção das imagens estabelece a figura interdiscursiva da sombra como um dos elos entre elas. A imagem 5 não está inscrita em nenhuma capa de Veja, é um recorte feito de uma imagem³⁰ da edição 53 do ano de 1969, ela aparece nessa sequência por reproduzir o destaque de Veja no momento da deportação de José Dirceu em troca da libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A imagem do Dirceu algemado filia-se a essa série por ser fruto de uma dispersão enunciativa. Essa imagem tece forte simetria com as imagens 6 e 7. No enunciado 6, temos a capa que destaca a acusação dos envolvidos no caso de corrupção. O então ministro José Dirceu aparece em destaque sobre um fundo escuro. Trajando um terno escuro, sobressai, na imagem, um destaque branco opaco em suas roupas: o colarinho. O verbal inscreve explicitamente sua posição de **réu**. A imagem 7 traz um homem usando terno e gravata preso em uma cela parcialmente escura, sombreada. Destaque-se, na penumbra da cela, apenas o colarinho branco, como recurso

²⁹ Imagem disponível em <http://aluizioamorim.blogspot.com.br/2013/11/reportagem-bomba-da-revista-veja-uma.html>

³⁰ A imagem completa encontra-se em anexo.

memorial que remete ao Crime do Colarinho Branco³¹. O intradiscurso da imagem expressa a manchete, em letras garrafais, “até que enfim”. As informações contidas no período composto, disposto logo abaixo, finalizam-se com o trecho “o Brasil reencontra o rumo ético: volta saber distinguir o certo do errado”. Reafirma-se, aqui, a posição de vigilância e punição da revista.

Aqui verificamos uma emergência enunciativa que nos permite perceber os discursos do mal, do desonesto, do corrupto, do governo que rouba. Esse discurso destaca um já-dito, remonta a uma memória que não tem origem. Ela está presente, nesta emergência, mas está à disposição para acontecer discursivamente no amanhã levando em consideração a singularidade de seu acontecimento. O uso do verbo “reencontrar” subtece que o Brasil, segundo a publicação, encontrava-se perdido. Mas essa situação não se refere a todo o tempo de sua história, pois o uso do verbo “voltar” marca a ideia de que ocorreu um equívoco de escolha. O mensalão foi um crime de corrupção cometido por personagens importantes dos governos do PT (Lula/Dilma), a imagem a quem a capa se refere alegoriza a condenação do deputado João Paulo Cunha (PT), ex-presidente da câmara, e do empresário Marcos Valério. A configuração do enunciado joga com a imagem do político condenado, exposto à situação dos penalizados social e juridicamente. O significado social da grade sobressai nos dois enunciados em questão.

A imagem 8 destaca a declaração de prisão dos personagens principais do caso do mensalão do PT. O discurso da publicação midiática explora a imagem de políticos tidos como líderes dos governos do PT. A condenação de figuras históricas da esquerda como é marcada nos enunciados-capas com a repetição dos recursos da sombra que neste enunciado é projetada sobre as imagens dos condenados. A imagem do ministro José Dirceu na capa 5 aparece em forma de indício visual na figura do rosto sem definição do homem de colarinho branco visualizado na imagem 6 é repetida na imagem 7. Mas agora os rostos dos presos, além de serem visualizados com nitidez, apresentam maior impacto na imagem. Até a recorrência memorial da sombra fica em segundo plano. O peso social negativo da prisão é materializado na imagem acompanhado pelas expressões faciais tensas dos condenados.

O ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o deputado José Genuíno (PT) tiveram condenação por corrupção ativa por formação de quadrilha. A acentuação da

³¹ Segundo Simon (2010, p. 120), o colarinho branco trata-se de “um crime cometido por uma pessoa respeitável e de alta posição social, no exercício de suas ocupações, graças às oportunidades encontradas no mundo corporativo para que se cometam fraudes, suborno, uso de informações privilegiadas, peculato, crimes informáticos e contrafação. Esses crimes podem ser mais facilmente perpetrados por funcionários ou empresários engravatados, daí a referência ao ‘colarinho Branco’”.

contradição percebida entre o discurso ético, bandeira ideológica e histórica do PT e os casos de corrupção envolvendo figuras históricas do partido constitui o cerne do discurso mediado por Veja. Os traços que ligaram esses dois enunciados operam alterações na visão identitária que se tem do PT. Novos sentidos foram atribuídos, a identidade, na pós-modernidade, como lembra Bauman (2005), tem natureza líquida e rarefeita. As instituições produtoras de identidades, como a imprensa (Veja), têm, sim, direta participação no trilhar desse caminho de transformação. A identidade de Dirceu, do PT, de Lula e de seus companheiros é, assim, desintegrada, deslocada, líquida.

4.3 Série enunciativa: identidades de esquerda

Podemos afirmar que a mídia nos possibilita trabalhar as imagens internas, imagens lembranças, imagens memórias e imagens silêncios. No processo de difusão das imagens lembranças (coletivas) que culmina no estabelecimento de traços das imagens internas provocando o esgotamento, a obscurização, a restrição dessa memória aos estereótipos históricos e midiáticos.

O diálogo dialético entre os processos de formulação das imagens lembranças distribuídas no tecido social coletivo e a construção das imagens memoriais internas requer do analista do discurso uma observação cuidadosa dos dados históricos e das dinâmicas de transformações dos discursos postos em circulação na sociedade como uma estrutura observada de uma perspectiva de uma temporalidade durável.

A delimitação dos traços dessas sínteses do cotidiano, produzidas pela mídia, de natureza discursiva, social e política nos põe a levar em consideração o destacamento do que deve ser rememorado ou não, do que entra nos processos de estabelecimento, de esquecimento ou de criação memorial imposto pela repetição, nos moldes do pensamento do propagandista nazista Joseph Goebbels “uma mentira repetida mil vezes torna-se uma verdade autenticada”. Foi esse aspecto que se situou o cerne analítico que norteou a leitura das imagens de líderes latinoamericanos de esquerda, que para revista é algo negativo.

E percebe-se que as capas demonstram de forma mais nítida a regularidade que liga os enunciados da série. O jogo da sombra com a fumaça ratifica o avizinhamo desses enunciados. A mesma marca foi aplicada à imagem de personagens que fazem parte da história da esquerda na América Latina. Os enunciados de Veja sinalizam aspectos da posição-sujeito ocupada pela revista perante o campo de enunciação da política nacional e mundial. Lula, Chávez, Che Guevara e Fidel Castro funcionam como enunciados corporais da

esquerda. Materializam governos que possuem lógica ideológica distintos das identidades de governos fruto do processo civilizatório que dita as regras dos perfis de políticos e agremiações partidárias que dominam o país.

O discurso histórico e os meios de comunicação e de entretenimento em seus processos de difusão no Brasil delinearam uma imagem virtual, mas com características concretas de personagens históricos, líderes, partidários e sujeitos políticos filiados à ideologias comunistas, socialistas ou simplesmente de esquerda. Essa memória sempre foi marcada, alimentada e reafirmada por atribuições a atitudes, discursos, vestimentas, escolhas e até por aspectos físicos. Essa imagem lembrança configurava-se incontornável. No entanto, a “figura sem rosto”, nas palavras de Courtine (2008), quando este faz a descrição do sujeito político, falante da “língua de madeira”, que representava apenas uma ideologia, uma bandeira política, começa a falar. A globalização trouxe consigo a quebra das identidades imutáveis, fixas. As características próprias dos simpatizantes se pulverizaram. A identificação do ser de esquerda e do militante de direita tornou-se uma tarefa menos fácil. Perderam suas marcas aspectuais. A ação do tempo agora inscreve o corpo mediante outros atributos de natureza mais subjetiva menos homogênea.



Imagem 9 - Edição 1914 de 20/07/2005³²

³² Imagem disponível em <http://mariafro.com/2011/07/19/para-kotscho-lula-nao-deve-se-engajar-na-luta-pela-democratizacao-das-comunicacoes/>



Imagem 10 - Edição 2312 de 13/03/2013³³



Imagem 11 - Edição 2028 de 03/10/2007³⁴

³³ Imagem disponível em <http://esquerdopata.blogspot.com.br/2013/03/carlinhos-cachoeira-diz-que-chavez.html>



Imagem 12 - Edição 2049 de 27/02/2008³⁵

As recorrências verificadas nessas imagens pontuam o uso de aspectos dessa memória estagnada, sinais que ainda permanece latente na memória coletiva brasileira e mundial. Lula foi o sujeito político que conseguiu chegar a mais proeminente posição já ocupada, no Brasil, por um simpatizante de ideias socialistas. A exploração dessa memória nos possibilita enxergar a estratégia de associação de todas as lembranças “negativas” que foram diuturnamente repetidas em publicações como *Veja*. Uma observação mais atenta de suas edições nos permite identificar títulos, adjetivações, escolhas lexicais, enquadramentos e cores, entre outros aspectos, que expressam uma assinatura de edição. As simbologias trabalhadas pela revista deixam claro o posicionamento da empresa perante às figuras e governos ditos de esquerda.

O recurso da sombra aparece como elemento recorrente justamente em um período em que se desenvolve a tramitação, investigação e o julgamento do caso Mensalão. A capa mais antiga e que inaugura a série é a do presidente Lula. Com o aparecimento de um caso de corrupção durante a gestão de um político de esquerda, o sentimento de descrédito oferece o surgimento de um espaço fértil para a construção de um empreendimento crítico para aqueles

³⁴ Imagem disponível em <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/que-imprensa-essa/>

³⁵ Imagem disponível em <http://classemediawayoflife.blogspot.com.br/2009/04/dica-006-ler-revista-veja.html>

que estão em uma posição sujeito contrária. A interlocução de Veja com seu público permite essas formulações oposicionistas, pois é a identidade de sua posição editorial gravada em nossa memória social.

O destaque de práticas e comportamentos desses personagens e governos de esquerda sendo pintados como inconsequentes, negativos, tiranos e antidemocráticos produz um rótulo estereotipado dessas figuras e respectivos governos. Toda experiência que esses ícones políticos obtiveram insucesso popular, econômico ou político são atribuídos ao conceito de esquerdista, que encontra deslocamentos a cada acontecimento histórico, político ou midiático. Esses personagens figuram como documento a disposição do público leitor transformados em monumentos de uma memória em processo contínuo de ressignificação, sempre filiado a traços de permanências. Volta o “sapo barbudo” e sai o “Lula paz e amor”.

Em uma leitura pautada na semiologia histórica, podemos perceber nas capas a questão do olhar da revista Veja. O enquadramento dos rostos das 4 figuras políticas, da falta de iluminação, seguem irmanados pela posição de perfil. Assim, não há a perspectiva de um olhar direcionado, um olho a olho do elemento que compõe a imagem para com o público leitor. Não há a disposição de enfrentamento, um olhar de leitura mútua. O elemento-rostos se coloca à leitura do leitor. O consumidor da revista se põe em posição de observador, pratica uma leitura em distanciamento de tais figuras. A posição de perfil possibilita a percepção de fuga, de isolamento. Constituem identidades que não apresentam identificação com o público em geral, são estereótipos, seres “anormais” postos a exposição. São exemplares de alienígenas aos ditames da “verdade da época”, prontos a serem interditados, punidos pela disciplina do social, econômico e político do atual código civilizatório.

O perfil, utilizado pela revista, representa uma espécie de raio-x, que ela pretende mostrar ao leitor. Ela recorre à memória para mostrar/apresentar ao público a “verdadeira imagem/identidade do PT que carrega um histórico tenebroso, obscuro. É traçada a identidade, perfil de Lula (político). Lula é Chávez, é Guevara, é Fidel. São figuras retrógradas, autoritárias, que foram punidas pela própria história e Lula está se encaminhando, também, para o mesmo fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos campos de conhecimento versam sobre o estatuto da memória e pesquisam a identidade e suas influências perante as regras que regem a dinâmica social e políticas da contemporaneidade. A fluidez e a dinâmica de transformação dos enunciados é um dos aspectos constitutivos dos discursos que melhor sintetiza a lógica que rege a prática da mídia em sua relação com a política.

A imprensa é literalmente uma ilha de edição de imagens, representações e memórias. Atualizando essa alegoria pode-se citar a performance atual do famoso *photoshop*. As condições de produção das discursividades políticas contemporâneas faz funcionar o tratamento de imagens trazidas à tona com todas as suas transfigurações, modificações e as sintomáticas permanências. A diagnosticção dos sentidos dos trabalhos de imprensa constitui-se, independente da abordagem analítica adotada, em um exercício de separação e reagrupamento de sinais memoriais e discursivos. O processo de apropriação de discurso pela imprensa recorre às alternativas de lembranças, atualizações e esquecimentos. Os discursos acessados e postos em relação nos enunciados imagéticos da esfera política em *Veja* nos mostram aspectos estruturantes de um determinado acontecimento histórico destacado no acontecimento midiático do escândalo político do Mensalão.

Como o acontecimento discursivo materializado nas capas de *Veja* foi recepcionado, interiorizado por todas as dimensões de leitores diretos e indiretos da revista. E que tipos de representações suscitaram? Estas foram as questões que colocamos e nos dispusemos a responder.

Sobre isso podemos dizer que acontecimento é também uma construção de memória coletiva. Uma vez que os traços discursivos de memória têm que ser acessíveis ao arquivo que possibilita a legibilidade dos trabalhos discursivos inscritos no discurso midiático. O sistema que sustenta a saúde financeira da revista *Veja*, levando em consideração todos os seus atores, constitui um dos aspectos característicos das regras de formação do dizer, da mediação do caso do Mensalão.

A comunicação do fato político por *Veja* elegeu a prática do comportamento corrupto como um acontecimento singular na história política brasileira. Tal abordagem apresenta ancoragem direta na contradição entre a prática antiética investigada pela Ação 470 e o discurso de moralização política defendido pela chamada esquerda. A corrupção é mediada a partir de outra posição da lógica da política nacional. O acontecimento midiático abriu outras

possibilidades de leitura e escrita da narrativa política. Seguindo o que disse Deleuze (2003 apud Dosse, 2013, p. 12), “o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento”, podemos entender o fato de que se tornou possível comentar e narrar o discurso sobre a política utilizando tintas e cores nunca dantes acontecíveis na história do Brasil.

A corrupção aconteceu espetacularizada no palco da política brasileira. As capas reúnem aspectos individuais e coletivos mediante o uso de atualizações memoriais, construções discursivas e jogos de sentido. O resultado esperado sobre a plateia é incerto, imprevisível, incontornável em sua totalidade. Dosse (2013, p. 10) nos diz que “o enunciado é incapaz de traduzir o visível”, no entanto as possibilidades estão lançadas.

A figura de Lula representa uma bandeira, um emblema do Partido dos Trabalhadores. Lula foi o projeto de político, seu corpo é uma obra de pintura em que foi inscrito aspectos de ideologia do partido, assim como indícios de transformação/ adequação desta no domínio associado da cena política nacional. Lula, como corpo de natureza discursiva, significa um dos principais sinais de identificação do PT cravado na memória social brasileira e midiática.

A pesquisa do discurso político constitui relevância por pensar um dos principais componentes responsáveis pelo desenvolvimento dos diversos âmbitos de nossa sociedade por ser formadora de opinião. A conscientização política e a oportunidade de oferecer possibilidades de leituras críticas perante a imprensa em relação à dinâmica do jogo político configuram uma importante contribuição que esta análise interpretativa tem a ofertar à academia e a sociedade brasileira.

Ao término desta empreitada analítica podemos afirmar que os caminhos de circulação dos enunciados aqui mobilizados frequentam paragens distintas, sempre postos a transformação. Remetendo à composição musical de mestre Gilberto Gil, os enunciados referentes à figura do ex-presidente Lula e seu partido político entraram em um movimento contínuo de “refazenda”. O jogo discursivo põe energia nos usos de memórias materializadas e atualizadas em feições faciais, cores, enquadramentos, simbologias e representações que servem de ferramentas associativas a práticas de campos memoriais múltiplos. Dependendo do acontecimento histórico, discursivo ou midiático as imagens identitárias adquirem feições deslocadas.

“Abacateiro teu recolhimento é justamente
O significado da palavra temporão
Enquanto o tempo não trouxer teu abacate
Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão”

(Gilberto Gil)

REFERÊNCIAS

BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Vida líquida**. Trad. Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira)**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos-SP: EduFSCar, 2009.

COURTINE, J. J. Discurso e imagem: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 67-105.

_____. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 11-19.

COURTINE, Jean Jacques; HAROCHE, Claudine. A imagem de si como político. In: **Le Discours Psychanalytique**. n. 17. Trad. Nilton Milanez, Nilton. Paris, 1985.

COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, G.. **A história do corpo: as mutações do olhar**. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2006a, p. 341-361.

COURTINE, Jean Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006b.

COURTINE, Jean Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições antipáticas, 2005.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. Trad. Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FERREIRA, M.C.L. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora Universitária/ UFRGS, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, Bôsko Cabral dos (org.). **Percurso da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 11–19.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio. **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

_____. **Os anormais**. Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982) Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Diálogo sobre o poder**. In: MOTA, M. B. (org.). Michel Foucault. Ditos & Escritos. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Almedina, 2008.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GRANJEIRO, Cláudia Rejanne Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 33-45.

GREGOLIN, M. R. (ORG.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos-SP: Claraluz, 2003a.

_____. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FRENANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, Bôsko Cabral dos. **Teorias Linguísticas**: problemáticas contemporâneas. Uberlândia: EDUFU, 2003b.

_____. **Análise do Discurso: entornos do sentido**. Araraquara: UNESP FCL, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001a.

_____. **Sentido, sujeito e memória**: com o que sonha nossa vã autoria. In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, Roberto Leiser. São Carlos: Claraluz, 2001b, p. 61-78.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (org.). **O discurso**: nos domínios da linguagem e da história. São Carlos: Claraluz, 2008a, p. 23-36.

_____. JJ Courtine e as metamorfoses da análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008b, p. 21-36.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-43.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 155-168.

_____. Análise do discurso e semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 67-105.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso formador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas-SP: Pontes, 2003, p. 31-42.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indurski. 2. Editora da Unicamp/Pontes. São Paulo, 1993.

NAVARRO, Pedro (org.). **O discurso**: nos domínios da linguagem e da história. São Carlos: Claraluz, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PASSETTI, Maria Célia Cortêz. Mídia e política: a produção discursiva de efeitos de verdade em enquadramentos jornalísticos. In: NAVARRO, Pedro (org.). **O discurso**: nos domínios da linguagem e da história. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 177-186.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Traduzido por Jonas de A. Romualdo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. et al. **Papel da memória**. Trad. José Orta Nunes. Campinas-SP: Pontes, 1999.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz: dispositivos da fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Carlos Piovezani Filho; Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RUBIM, A. A. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2003**. 2009. 167f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

SANTOS, Elaine de Moraes. O “Sapo Barbudo” e o “Lulinha Paz e Amor”: as identidades de Lula construída pela mídia na campanha de 2002. In: NAVARRO, Pedro; TASSO, Ismara (Orgs). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá-PR: Eduem, 2012, p. 35-160.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a História. In: MILANEZ, Nilton; NÁDEA, Regina Gaspar (orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

SARGENTINI, Vanice. NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (org.). Petrópolis, Vozes, 2000.

SIMON, Pedro. **A impunidade veste colarinho branco**. Brasília: Senado Federal, 2010.

TAS, Marcelo. **Nunca antes na história deste país: as frases mais engraçadas e polêmicas do presidente Lula**. São Paulo: Original, 2009.

WOODWARD, Kthryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (org.). Petrópolis, Vozes, 2000.

<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>

ANEXO

